



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

**RUMOS DO DESENVOLVIMENTISMO NO PENSAMENTO DE RAÚL
PREBISCH E CELSO FURTADO: O DEBATE TEÓRICO DA CRISE DO
PENSAMENTO DESENVOLVIMENTISTA DA DÉCADA DE 1960**

MONOGRAFIA DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

FÁGNER JOÃO MAIA MEDEIROS

MARIANA-MG, 2017

FÁGNER JOÃO MAIA MEDEIROS

**RUMOS DO DESENVOLVIMENTISMO NO PENSAMENTO DE RAÚL
PREBISCH E CELSO FURTADO: O DEBATE TEÓRICO DA CRISE DO
PENSAMENTO DESENVOLVIMENTISTA DA DÉCADA DE 1960**

Monografia apresentada ao Curso de
Ciências Econômicas da Universidade
Federal de Ouro Preto como parte dos
requisitos para a obtenção do Grau em
Economista.

ORIENTADOR: PROF. DR. DANIEL DO VAL COSENTINO

MARIANA-MG
DEECO / ICSA / UFOP
DEZEMBRO, 2017

M488r Medeiros, Fágner João Maia
Rumos do Desenvolvimentismo no Pensamento de Raúl Prebisch e Celso Furtado [manuscrito]: o debate teórico da crise do pensamento desenvolvimentista da década de 1960/ Fágner João Maia Medeiros. – 2017.
48 f.: il.

Orientadora: Prof. Dr. Daniel do Val Cosentino

Monografia (Graduação) - Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Ciências Econômicas e Gerenciais. Área de concentração: Ciências Econômicas

1.Desenvolvimento econômico. 2. América Latina. 3. Furtado, Celso, 1920-2004. 4. Prebisch, Raul, 1901-1986. I. Cosentino, Daniel do Val. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU:330.34

Catálogo: sisbin@sisbin.ufop.br

FÁGNER JOÃO MAIA MEDEIROS

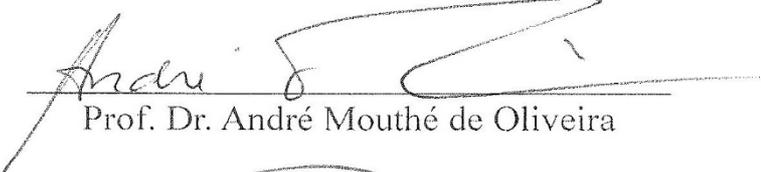
Curso de Ciências Econômicas - UFOP

**RUMOS DO DESENVOLVIMENTISMO NO PENSAMENTO DE RAÚL
PREBISCH E CELSO FURTADO: O DEBATE TEÓRICO DA CRISE DO
PENSAMENTO DESENVOLVIMENTISTA DA DÉCADA DE 1960**

Trabalho apresentado ao Curso de Ciências Econômicas do Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas (ICSA) da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas, sob orientação do Prof. Dr. Daniel do Val Cosentino.

Banca Examinadora:


Prof. Dr. Daniel do Val Cosentino (Orientador)


Prof. Dr. André Mouthé de Oliveira


Prof. Dr. Francisco Horácio Pereira de Oliveira

Mariana, 20 de Dezembro de 2017

AGRADECIMENTO

Quero fazer constar aqui meu cordial agradecimento a todos que de forma direta ou indireta contribuíram no meu processo de elaboração do meu trabalho de conclusão de curso (TCC). Não é uma tarefa fácil mencionar todos que tiveram um papel primordial aqui sem correr o risco do esquecimento, pois elaborar um texto de agradecimento do meu TCC remete a resgatar diversas pessoas importantes que conheci ao longo da graduação que contribuíram na construção e finalização dessa etapa.

Estou concluindo uma graduação em Ciências Econômicas um pouco atípica, envolvendo passagem em duas universidades. Meus três primeiros períodos foram dentro da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), local que tive grandes experiências, e que de certa forma moldaram o tipo de economista que sou, ou me considero hoje. Tive um grupo de professores espetacular, mas preciso me reduzir a agradecer alguns em especial. Primeiramente, a professora da disciplina História do Pensamento Econômico (HPE) Gleicy Vasques, pelo qual, me fez concluir o seu curso tendo a certeza de que havia me apaixonado pela HPE e que deveria seguir de alguma forma um caminho dentro dessa área. Claramente está explícito no meu TCC que este pensamento ainda não mudou.

A professora da disciplina Formação Econômica do Brasil, Alessandra Troian, também tem um papel marcante na minha formação, uma vez que ela aceitou meu convite de criarmos um Grupo de Estudos da Cepal (GE-CEPAL), momento no qual tive meu primeiro contato com a questão do subdesenvolvimento da América Latina, e local onde iniciei discussões que não consegui mais abandonar. Também não posso me esquecer da professora Patrícia Eveline, que fui bolsista de seu projeto de pesquisa sobre desenvolvimento regional, onde obtive minhas primeiras experiências com pesquisas acadêmicas.

O restante da minha graduação foi realizado na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), outro local que tive experiências incríveis. Tive novamente um grupo de professores espetacular, porém gostaria de citar alguns em particular que sempre pude contar seja pra uma conversa, ou pra qualquer dúvida acadêmica que fosse, são eles: André Mourthé, Chico Horácio, José Arthur, Paulo Roberto. Tenho eles como minhas referências acadêmicas.

Um professor que merece um agradecimento mais do que especial é meu orientador, uma vez que vem tolerando minhas visitas, quase semanais, em sua sala desde

minha chegada na UFOP. Agradeço imensamente ao professor Daniel do Val Cosentino que me orientou tanto em um projeto de iniciação científica, quanto no meu TCC e no meu processo de preparação para a seleção de mestrado. Em todos estes momentos sempre tive seu apoio e incentivo ao máximo, assim tornando mais agradável minha passagem pela UFOP. Inúmeras vezes eu estava atolado de problemas, provas, trabalhos, estresses da vida acadêmica em geral e após alguns 15 ou talvez 20 minutos conversando com professor Daniel eu saía da sua sala transformado, com a sensação de que poderia ter o mundo inteiro, ou até mesmo um pouco mais! Deixo meu mais sincero agradecimento ao professor Daniel, foi um imenso prazer ter sido seu orientando.

Deixando de lado questões acadêmicas, preciso agradecer alguns amigos familiares que tiveram um papel fundamental, foram minha “válvula de escape” ao longo da graduação. Primeiramente, agradeço a minha mãe – Conceição –, meus tios – Marlete e Macário –, e minha irmã – Fabiana – que inúmeras vezes tiveram que compartilhar o tempo das minhas visitas com minhas tarefas acadêmicas, e sempre compreenderam minha ausência principalmente nessa reta final da graduação.

Dentre os camaradas que conheci ao longo da graduação gostaria de agradecer ao Diego Felipe, meu mestre gafanhoto, que pacientemente sempre tirou todas minhas dúvidas com questões de escrita acadêmica, além de ser um excelente companheiro que sempre procuro pra contar meus problemas do dia-a-dia, ou meus “*insights*” acadêmicos. Agradeço também pela companhia da turma dos nunca-amigos da João-de-Barro – Vinicius, Sandra, Débora, Nathan, Leticia, Dib, Alexandre, Vitinho, Diegos Araújo e Felipe, Priscila, Sandra, Ibrahim Dib –, local onde fiz amizades que ainda carrego comigo. Também a Leticia Diniz, Diego Detoni, Isabela Cruzichi, que apesar de serem alunos do curso de Relações Internacionais sempre foram ótimos companheiros e que sempre estavam dispostos a ouvir e discutir minhas chatices relacionadas ao desenvolvimento econômico.

Gostaria de constar também meu agradecimento aos amigos que fiz no meu curto período pela república zona, em especial as historiadoras Ruty e Simeia. Já a república Sodoma – Adriano, Bruno, Alexandre, Matheus, Effgen, Farrel, Emiliano, Thales, Brian, Poli, João, Helder – onde estive a maior parcela da minha graduação, deixo meu mais sincero agradecimento a todos integrantes, e peço desculpas pela minha ausência em diversos eventos da casa que me ausentei em nome das minhas demandas acadêmicas.

Entre outros, Gostaria de agradecer a Gabi Couto que apesar da sua presença ocasionar a queda da minha “produtividade”, me proporcionava o “atraso” necessário

para enfrentar as semanas mais desgastantes. Agradeço ao Farrel pelo “suporte gramatical” ao longo da monografia. Agradeço também ao Alexandre Giraldi, meu mais nobre companheiro ao longo dessa jornada, que sempre pude contar ao longo de toda graduação. Enfim, se eu tive uma trajetória acadêmica tranquila e um processo divertido de elaboração do meu TCC agradeço a todos que mencionei ao longo do texto.

De modo geral, produzir este TCC foi não só gratificante, eu me diverti e aprendi muito no decorrer do processo. Ao longo de cada obra fui me tornando quase um “amigo” dos autores – Furtado e Prebisch –, eles se tornaram minhas companhias pelas longas madrugadas dentro da sala de estudos da República Sodomá. Aliás, ninguém melhor do que o próprio Raúl Prebisch para descrever a satisfação da elaboração deste trabalho, significou para mim uma “difícil tarefa e, ao mesmo tempo, imperativa e apaixonante, esta da transformação e do desenvolvimento da América Latina”¹.

¹ Retirado da nota de agradecimento de Prebisch (1973).

Interrogar a história como economista.

Celso Furtado.

RESUMO

Raúl Prebisch e Celso Furtado são dois ícones do pensamento desenvolvimentista com um grande impacto intelectual e ideológico no que tange o desenvolvimento da América Latina. Ao longo da década de 1950 ambos os autores contribuíram com suporte teórico para formulação de um projeto de industrialização integral como via de superação do subdesenvolvimento. No entanto, os anos de 1960 marcam uma profunda crise no pensamento desenvolvimentista na América Latina, o projeto de industrialização, conforme teorizado pelos estruturalistas cepalinos, demonstra sua inviabilidade na reversão do subdesenvolvimento. Em vista disso, em busca de compreender como dois renomados intelectuais expoentes do desenvolvimentismo interpretam tal crise, o estudo assume por objetivo identificar aproximações e distanciamentos entre o pensamento desenvolvimentista de Raúl Prebisch e Celso Furtado posteriores à Crise do Pensamento Desenvolvimentista dos anos de 1960 na América Latina. Para tanto, procede-se um levantamento bibliográfico das obras dos autores e dos seus principais interpretes. Deste modo, observa-se que apesar de enfoques distintos nos argumentos, tais autores presenciam com a crise uma tomada de consciência, surge a necessidade de compreender a estrutura social da região e os seus mecanismos que atuam entorpecendo o desenvolvimento. O que permite concluir uma nova agenda para o tratamento da condição periférica da região baseada em reformas na estrutura produtiva e na estrutura social.

PALAVRA-CHAVE: Raúl Prebisch, Celso Furtado, Crise do Pensamento Desenvolvimentista, Subdesenvolvimento, América Latina.

ABSTRACT

Raúl Prebisch and Celso Furtado are two icons of Developmental Thinking with great intellectual and ideological impact on the development of Latin America. Throughout the 1950s both authors contributed with theoretical support for the formulation of an integral industrialization project as a way of overcoming underdevelopment. However, the 1960s marked a deep crisis in Developmental Thinking in Latin America; the industrialization project, as theorized by ECLAC (or Cepal) structuralists, demonstrates its unfeasibility in reversing underdevelopment. Therefore, in order to understand how two renowned developmentalist intellectuals interpret such crisis, this study aims to identify approximations and distances between the developmental thinking of Raúl Prebisch and Celso Furtado after the Crisis of Developmental Thinking of the 1960s in Latin America. For this, a bibliographical survey of the works of the authors and their main interpreters is carried out. In this way, it is observed that despite different approaches in the arguments, these authors witness, with the crisis, an awareness; then, arises the need to understand the social structure of the region and its mechanisms that act to hinder development. This allows us to conclude a new agenda for the treatment of the peripheral condition of the region based on reforms in the productive structure and social structure.

KEYWORDS: Raúl Prebisch, Celso Furtado, Crisis of Developmental Thinking, Underdevelopment, Latin America.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
2. CELSO FURTADO E RAÚL PREBISCH, DO AUGE À CRISE DO DESENVOLVIMENTISMO	5
2.1. A Crise do Pensamento Desenvolvimentista	13
3. CELSO FURTADO, RAÚL PREBISCH FRENTE À CRISE DO DESENVOLVIMENTISMO DA DÉCADA DE 1960.....	19
3.1. Raúl Prebisch e a Crise de Insuficiência Dinâmica.....	19
3.2. Celso Furtado e a Tendência à Estagnação	28
3.3. Breves Reflexões e Perspectivas do Pensamento de Raúl Prebisch e Celso Furtado	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	45

INTRODUÇÃO

Raúl Prebisch ao lado de Celso Furtado foram renomados economistas latino-americanos com grande impacto intelectual e ideológico no que se refere ao desenvolvimento da América Latina. Tais autores colaboraram com a construção de um pensamento original e duradouro, permitindo-os figurar como expoentes do estruturalismo latino-americano.

É pertinente iniciar definindo desenvolvimentismo. Conforme Bielschowsky (2000), trata-se de uma ideologia industrializante de promoção do desenvolvimento econômico, onde o Estado adquire um papel preponderante, ultrapassando medidas fiscais e monetárias, definindo blocos de investimentos, criação de infraestrutura e produção de certos bens, isto é, retirando parte da primazia do mercado e promovendo modificações radicais na estrutura econômica.

O desenvolvimentismo tem suas primeiras expressões com os efeitos da grande depressão de 1930. Até então, a posição da América Latina era, praticamente, subproduto de uma divisão internacional do trabalho que produziu uma estrutura especializada e heterogênea². A grande crise mais do que certificou a fragilidade dessa estrutura econômica, ela estabeleceu sua modificação na ordem do dia, resultando em estímulos a indústria e ao planejamento estatal. Em outras palavras, traduziu-se em desenvolvimentismo.

Todavia, foi apenas no pós-guerra, com a criação da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (Cepal), que autores como: Celso Furtado, Raúl Prebisch, Maria da Conceição Tavares, Aníbal Pinto, Osvaldo Sunkel, entre outros, forneceram suporte teórico para a execução de um projeto de industrialização planejada, aglutinando por grande parte das camadas sociais uma ideologia que objetiva a superação do subdesenvolvimento. De certa forma, a Cepal neste período construiu uma identidade entre industrialização e desenvolvimento (GONÇALVES, 2011).

Raúl Prebisch inaugura o pensamento da Cepal a partir do ano de 1949 com suas obras “*O Desenvolvimento Econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas*” (2011 [1949]) e “*Problemas Teóricos e Práticos do Desenvolvimento*

² Especializada no sentido da produção de bens primários, promovendo matéria prima e alimentos para os centros industriais. Heterogênea no que tange sua vulnerabilidade do sistema de ocupação, pois o subemprego predominava como forma principal (BRIZUELA, 2015).

Econômico” (2011a [1951]). Prebisch fornece um instrumento de análise das economias latino-americanas capaz de direcionar na formulação de um projeto de desenvolvimento para a região, tendo seu trabalho conhecido por “O Manifesto Latino-Americano”. Celso Furtado difundiu e secundou Prebisch com contribuições originais a respeito do estruturalismo cepalino. Com suas obras “*Formação Econômica do Brasil*” (1982 [1959]) e “*Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*” (2009 [1961]), Furtado implementa o método histórico-estruturalista na análise cepalina, além disso, tece contribuições dentro da teoria do desenvolvimento.

De acordo Bielschowsky (2000), ao longo da década de 1950 o desenvolvimentismo resultou em um projeto de industrialização planejado comandado deliberadamente pelo Estado, onde intensas reformas foram realizadas na estrutura latino-americana com o intuito de reverter sua condição de subdesenvolvimento. O sucesso de tal projeto foi identificado nas elevadas taxas de crescimento na região e profundas transformações na estrutura produtiva. Entretanto, na década de 1960 uma crise marca o esgotamento deste processo, uma vez que a industrialização estava sendo acompanhada pelo avanço da marginalização e do desemprego. É importante aqui entender que tal crise sobrepõe efeitos ao lado real e monetário da economia, pois se desdobrou em uma crise teórica, uma Crise do Pensamento Desenvolvimentista.

A crise do desenvolvimentismo nascia junto com o aparecimento de contradições no modelo de desenvolvimento formulado pela Cepal. Diante disso, havia uma pressão sob os autores cepalinos para que reformulassem suas concepções a respeito do subdesenvolvimento da América Latina, pois a industrialização, por si só, demonstrava não ser capaz de alcançar o desenvolvimento. Deste modo, em busca de compreender como dois ícones do pensamento desenvolvimentista compreendem esta crise, o estudo parte do seguinte problema de pesquisa: frente à crise econômica e, conseqüentemente, também do pensamento desenvolvimentista que assola a América Latina nos anos de 1960, como Furtado e Prebisch interpretaram tal crise e como tais interpretações ulteriores contribuíram para novas formulações teóricas com relação ao tratamento do subdesenvolvimento da América Latina?

Furtado e Prebisch têm sido objeto de estudo dos mais diversos tipos de pesquisadores das ciências sociais, produzindo uma literatura rica e extensa sob os mais variados aspectos. Ainda assim, permanece uma série de lacunas quando se tenta analisar como evolui o pensamento de ambos os autores. Acredita-se que falta não apenas um estudo comparando as formulações teóricas de Prebisch e Furtado, mas também uma

interpretação que não promova uma dissociação das reflexões dos autores do seu contexto. Sendo assim, este estudo se justifica à medida em que propõe preencher uma dessas lacunas, recomendando uma nova interpretação dos autores, tendo por base a crise do desenvolvimentismo da década de 1960.

Embora Prebisch e Furtado tenham conclusões semelhantes constatando a necessidade de intensas reformas estruturais, na estrutura da renda e na estrutura da terra, para continuidade do processo. Contudo, é possível notar que o ponto de partida de ambos os autores diverge, tendo Prebisch sua atenção direcionada a problemática do desemprego estrutural (COUTO, 2007). Já Furtado verifica na crise uma tendência à estagnação no processo de industrialização com a implementação do setor de bens de consumo duráveis e bens de capitais (CARMO SOBRINHO, 2001). Devido a tais divergências, o estudo assume por objetivo geral identificar aproximações e distanciamentos entre o pensamento desenvolvimentista de Raúl Prebisch e Celso Furtado posteriores à Crise do Pensamento Desenvolvimentista dos anos de 1960 na América Latina.

No que tange a metodologia, o estudo opta por uma pesquisa documental e bibliográfica, partindo de um levantamento bibliográfico das obras de Celso Furtado e Raúl Prebisch e seus principais interpretes. De acordo com Fachin (2006, p. 120), este levantamento representa a utilização de “todas as obras escritas, bem como a matéria constituída por dados primários ou secundários que possam ser utilizados pelo pesquisador ou simplesmente pelo leitor”. Esta etapa se refere a pesquisa bibliográfica inserida no levantamento dos livros, periódicos, anais e demais fontes de estudo ou literatura de origem escrita.

Com relação as obras de Furtado e Prebisch e dos principais interpretes do tema, alcançando uma pesquisa documental e bibliográfica. Para tanto, a seleção abrange as obras que melhor expressão a interpretação dos autores frente à crise do desenvolvimentismo. Furtado tem sua resposta à crise nas obras *Dialética do Desenvolvimento* (1964) e *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina* (1968 [1966]). As obras de Prebisch que dialogam com o período de crise são: (i) *Dinâmica do desenvolvimento latino-americano* (1968 [1963]); *Transformação e Desenvolvimento* (1973 [1970]).

Destarte, a pesquisa se estrutura em três sessões, que também expressam os objetivos específicos deste estudo: (i) Celso Furtado e Raúl Prebisch, do auge à crise do desenvolvimentismo, que busca descrever as contribuições de Raúl Prebisch e Celso Furtado no auge do pensamento desenvolvimentista na década de 1950, e caracterizar o

cenário sociopolítico e econômico que culminou na crise do pensamento desenvolvimentista da década de 1960; (ii) Celso Furtado, Raúl Prebisch frente à crise do desenvolvimentismo da década de 1960, objetiva compreender como Celso Furtado e Raúl Prebisch interpretam a crise da década de 1960, e analisar divergências entre a posição de ambos os autores com relação a tal crise; e por último, as (iii) considerações finais, onde são retomadas as principais observações feitas nas fases anteriores.

2. CELSO FURTADO E RAÚL PREBISCH, DO AUGÉ À CRISE DO DESENVOLVIMENTISMO

Com o fim da II Guerra Mundial ocorreram intensas transformações no tratamento da posição periférica da América Latina, havia eclodido uma “onda desenvolvimentista” inserindo questões relacionadas à condição subdesenvolvida da região ao centro das discussões teóricas e práticas. Apesar do desenvolvimentismo não se limitar a CEPAL, o órgão teve um papel preponderante na condução do desenvolvimento neste período, ultrapassando a função de comissão econômica, por resultado, adquirindo a propriedade de uma escola de pensamento, sendo que o órgão teve como membro inúmeros autores da tradição estruturalista³.

O ano de 1948 marca criação da Cepal pela Organização das Nações Unidas (ONU) com o intuito de estabilizar o cenário de insatisfação presente na América Latina. Ocorria um descontentamento com a “vocação agrícola” imposta   região pela teoria dominante que se baseava nas vantagens comparativas de David Ricardo. Tal desagrado   demonstrado na fragilidade do modelo-agroexportador utilizado pelos países latino-americanos frente aos choques externos. Em conjunto a isso, a falta de um apoio semelhante ao Plano Marshall que auxiliava a Europa Ocidental com volumosos investimentos para reconstru o econômica do pós-guerra, transmitia   América Latina uma sensa o de isolamento⁴ (GONÇALVES, 2011).

Furtado (1968) elenca duas inflexões que ocorreram nesse período de transi o ao planejamento econômico, sendo elas: (i) a tomada de consciência por massas crescentes da popula o da precariedade da sua existência, isto  , consciência do subdesenvolvimento da região; (ii) reconhecimento por parte das classes dirigentes que o desenvolvimento espontâneo abandonaria a América Latina na condi o de “proletário

³ De acordo com Gala (2017), a tradi o estruturalista, de forma geral, discute o desenvolvimento como uma transforma o radical da estrutura produtiva. Convencionalmente, o estruturalismo   dividido em duas vertentes. A primeira, a vertente anglo-saxã, representada por: Ragnar Nurkse, Arthur Lewis, Gunnar Myrdal, entre outros. A segunda, a vertente latino-americana, que inclui os membros da Cepal, representada por Raúl Prebisch, Celso Furtado, Aníbal Pinto, Osvaldo Sunkel, etc..

⁴ Em 1947, de acordo com Frieden (2008), a Europa já se encontrava dividida em dois blocos de influência, um pr -Estados Unidos (EUA), e outro pr -União Soviética (URSS). Neste período, tanto os EUA, quanto a URSS se encarregaram de liderar a reconstru o do pós-guerra, entregando volumosos investimentos a Europa Ocidental e oriental, e Japão. Este novo tratamento não era questão de benevolência, por de tr s dele estava o início do conflito da Guerra Fria onde duas se disputavam duas visões de organiza o social: capitalismo e socialismo. Entretanto, devido a América Latina ser considerada uma zona “segura” pelos EUA, não recebia um tratamento semelhante a Europa.

internacional”. Bielschowsky (2000a) indica também como fator a descrença com relação à teoria econômica vigente por parte dos latinos, uma vez que prevalecia um “vazio teórico” evidenciado na dificuldade em adaptar à realidade latino-americana com a teoria econômica convencional.

O preenchimento deste vazio teórico foi realizado pelos economistas estruturalistas da Cepal⁵, autores como: Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares, Raúl Prebisch, Aníbal Pinto, Osvaldo Sunkel, entre outros, viabilizaram todo suporte teórico para elaboração de um plano de desenvolvimento, tendo a industrialização como seu motor primordial. Conforme Bielschowsky (2000), o desenvolvimentismo nos anos de 1950 se tornou uma ideologia econômica de sustentação do projeto de industrialização integral, sendo a mesma comandada pelo Estado.

O êxito do desenvolvimentismo no pós-guerra resultou em intensas modificações na estrutura econômico-social da região. Serra (1998) aponta algumas dessas transformações estruturais no caso do Brasil, sendo elas: (i) o nível de crescimento dos países, sendo que o país cresceu a uma taxa média superior a 7 por cento ao ano, ampliando seu produto em mais de dez vezes entre o ano de 1945 e 1980; (ii) a composição da estrutura econômica, devido a uma redução da participação relativa da agricultura, passando de 24,9 por cento em 1949 para 19,2 por cento no ano de 1959, já o setor industrial traçou o caminho inverso, adquirindo um considerável protagonismo, passando no mesmo período de 26 por cento para 32,6 por cento; (iii) o setor externo apresenta um notável “fechamento” da economia no que se refere às importações, em contrapartida, uma evidente diversificação da pauta de exportações. Tais modificações fazem parte das propostas de pensadores como Raúl Prebisch e Celso Furtado, ambos os autores foram expoentes do desenvolvimentismo e contribuíram ao longo da década de 1950 com suporte teórico e de forma prática, com relatórios para direcionamento aos *police makers*.

O economista Raúl Prebisch se insere na CEPAL com cargo máximo de secretário-executivo. No ano de 1949 com sua obra *O Desenvolvimento Econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas* (2011), Prebisch efetiva o primeiro diagnóstico estruturalista da região consolidando a CEPAL como a matriz do pensamento econômico da América Latina.

⁵ Embora os termos estruturalista, cepalinos ou desenvolvimentistas nem sempre convergem ao mesmo significado, neste estudo e período qualquer das classificações integram o pensamento de Prebisch e Furtado.

O pensamento de Prebisch parte de uma análise crítica do comportamento do comércio internacional em busca de solucionar o porquê das “enormes vantagens do desenvolvimento da produtividade não chegaram à periferia em condições comparáveis às que a população desses grandes países conseguiram alcançar” (2011, p. 96). Neste caso havia claramente um problema com a validade teórica das teorias dominantes do comércio internacional, pois a divisão internacional do trabalho assegurava que os frutos do progresso técnico tenderiam a uma repartição igual no comércio mundial. Neste caso, os países produtores de bens primários não precisariam se industrializar, pois, de acordo com a teoria, obtêm ganhos via intercâmbio internacional⁶.

Com base em observações empíricas dos preços internacionais, Prebisch (2000) nota que a relação de preços se moveu contra os produtos primários, deteriorando a posição dos países latinos no comércio internacional, em decorrência, negando os ganhos com as vantagens comparativas alegadas pelos países do centro. Destarte, Prebisch passou a representar o comércio internacional como uma relação centro-periferia⁷, inferindo que a difusão do progresso técnico na economia mundial produziu efeitos diferenciados entre as duas regiões, distanciando o centro da periferia, no que tange o estágio de desenvolvimento (BIELSCHOWSKY, 2000).

As profundas desigualdades na estrutura entre tais países é manifesta no decorrer dos ciclos econômicos. Na fase descendente do ciclo econômico, a queda dos preços dos produtos primários era sempre superior a sua elevação na fase ascendente, ao contrário do ocorrido, o centro conseguia, de certa forma, manter seu preço rígido (COUTO, 2007). Duas teses de Prebisch (2011) explicam esse prejuízo dos países periféricos ao longo dos ciclos econômicos, ocorria um processo de deterioração dos termos de troca que acarretava numa tendência ao desequilíbrio externo que assola os países da periferia do sistema econômico que, de modo geral, importam bens industriais e exportam bens primários.

A explicação por trás da tese de deterioração dos termos de troca envolve alguns determinantes. O primeiro está na essência dos produtos, quer dizer, a sua elasticidade-renda da demanda determina o comportamento dos preços. Por exemplo, um aumento da renda mundial não eleva o consumo, significativamente, dos bens primários, ao contrário,

⁶ Tal ganho seria obtido pela equivalência das remunerações ou pela queda do preço do bem industrial, sendo que o aumento do progresso técnico do centro garante custos menores, conseqüentemente, preços menores (PREBISCH, 2011).

⁷ Prebisch identifica uma divisão mundial centro-periferia, sendo o centro os países industrializados, e a periferias os demais países que tem sua dinâmica voltara principalmente para os produtos primários.

aumenta a demanda por bens industriais. Outro fator determinante está na organização da estrutura produtiva, setores modernos dos países do centro estão organizados por sindicatos, e um aparato institucional mais sofisticado, o que permite que o preço se mantenha rígido em detrimento a pressões por manter o salário por parte dos trabalhadores, além disso, a estrutura concentrada dos setores industriais permitem o uso de um certo poder de mercado, garantindo influência sobre o nível de preço e, conseqüentemente, impedindo sua redução na fase descendente do ciclo. Em contrapartida, os mercados de bens primários são altamente concorrenciais e sem uma organização semelhante aos setores urbanos, não permitindo a rigidez dos níveis de preço (GURRIERI, 2011).

A tese de tendência ao desequilíbrio externo de Prebisch está vinculada a tese de deterioração dos termos de troca, pois remete as dificuldades encontradas pelas economias industrializadas que se especializaram em poucas atividades primário-exportadoras. Nestas economias, a necessidade em satisfazer a demanda por importação de bens de capital e intermediários que o próprio processo de desenvolvimento exige resulta em uma constante falta de capacidade para importar, em outras palavras, graves problemas na balança de pagamento. Mesmo quando em marcha o processo de industrialização, o problema do desequilíbrio tende a reaparecer, ou até mesmo se agravar com o aumento das exigências por importação, até que se alcance um estágio bem avançado no que se refere a industrialização (PREBISCH, 2011a).

O discurso de Prebisch (2011; 2011a) exposto aqui levanta uma crítica a teórica econômica convencional, pelo qual, transmitia um falso sentido de universalidade. Para se desenvolver seria necessário internalizar sua dinâmica que se encontra nos setores exportadores, se industrializar seria o meio capaz de romper com a inércia do subdesenvolvimento⁸.

Dado isto, o projeto de industrialização aconteceria mediante a um processo de substituição de importações, que apesar do nome consagrado na literatura, não remete literalmente a um simples processo de substituir importações. Como afirma Tavares (1977), o processo é um modelo, ou estilo, de desenvolvimento interno que se orienta sob

⁸ Vale ressaltar, que a proposta de industrialização não é de forma alguma incompatível com o desenvolvimento da produção primária. Prebisch (2011) afirma que a industrialização é uma condição essencial para impulsionar a dinâmica do setor primário, através de melhores equipamentos e progresso da técnica. Muito menos, o processo de industrialização negaria a necessidade de exportação, como afirma Prebisch, as importações são fundamentais para o seguimento das importações de tecnologia, que são primordiais em um processo de industrialização.

impulso de restrições externas e que objetiva ampliar a diversificação da capacidade produtiva industrial. Não tem por objetivo primordial eliminar todas as importações, mas sim modificar a estrutura produtiva vulnerável. Neste processo de industrialização, o Estado ganharia o papel de planejador, assim conduzindo o desenvolvimento da América Latina, intervindo não apenas pelas medidas fiscais ou monetárias:

(...) mas também e sobretudo pela: (i) definição, articulação e sustentação financeira dos grandes blocos de investimento que determinam as principais modificações estruturais da economia no pós-guerra; (ii) criação da infraestrutura e produção direta de insumos intermediários indispensáveis à industrialização pesada (SERRA, 1998, p. 68).

Celso Furtado dentro da CEPAL secundou as contribuições de Prebisch no desenvolvimentismo. Pereira (2011) aponta três direções dentro do pensamento de Furtado presente nos anos de 1950, sendo eles: (i) busca pela diversificação da pauta de exportação, isto é, abandono das vantagens comparativas; (ii) exigência de um planejamento estatal no processo de industrialização; por último, (iii) o reforço das instituições civis no controle do Estado, afastando de medidas populistas e autoritárias. Como visto, de forma geral Furtado e Prebisch tem preocupações semelhantes no que tange o desenvolvimentismo.

Formação Econômica do Brasil (FEB) (1982) é a primeira grande obra de Celso Furtado, apesar do enfoque no caso brasileiro, e em um primeiro momento ser identificada como uma obra puramente de história econômica, Bielschowsky (2000) ressalta na obra a fundamentação “estruturalista-cepalina”, uma vez que as preocupações analíticas do quadro do desenvolvimentismo estavam inseridas. Em FEB, Furtado expõe como uma economia, essencialmente, escravista e com sua dinâmica voltada para exportações se transformava em uma economia voltada para o mercado interno sob processo de industrialização.

O tipo de economia que predominou no Brasil até o início do século XX tinha por base um modelo voltado pra fora que não fornecia nenhum incentivo ao desenvolvimento do mercado interno, cuja a transição para um processo de industrialização no ano de 1930 não é resultado de um processo espontâneo, mas em decorrência de choques adversos⁹ no comércio internacional, e sendo subproduto de uma política de defesa do setor cafeeiro¹⁰

⁹ Neste caso, Furtado (1982) se refere por choques a 1º Guerra Mundial e posteriormente a grande depressão de 1930 por causarem uma redução drástica no comércio mundial.

¹⁰ Tal política defendia o setor cafeeiro dos prejuízos da baixa do preço do café ao longo do ciclo econômico. O mecanismo de defesa era inicialmente a elevação da taxa de câmbio, assim a desvalorização permitia que os cafeicultores recuperassem seus prejuízos em moeda local, em contrapartida toda massa populacional

praticada no Brasil. Deste modo, o encarecimento das importações com a desvalorização da política do setor cafeeiro, em conjunto com o bloqueio dos fluxos de comércio mundial promovidos pelos choques, resultaram num ponto de saturação que, sob as palavras de Furtado, exigiu uma mudança do centro dinâmico, isto é, deslocando a dinâmica da economia para o mercado interno.

Nos termos descritos anteriormente, Furtado (1982) utiliza história como pretexto para demonstrar as fragilidades da estrutura econômica brasileira advindas de sua formação, sendo esse o passo fundamental para construção de um projeto de desenvolvimento, que assinalava a necessidade de internalizar sua dinâmica, por consequência, industrializar-se. Conforme Bielschowsky (2000), Furtado em FEB fez mais do que reforçar o discurso teórico da CEPAL no caso brasileiro, forneceu um estudo histórico capaz de legitimar a abordagem cepalina, isto é, implementava o método histórico estruturalista. O método histórico, ao qual se fundiu ao método estruturalista, consistia na necessidade das observações do processo econômico passarem pelo plano histórico, pois um modelo abstrato que não passar por um teste histórico, na percepção do autor, não vai representar a realidade (FURTADO, 2009).

Outra obra de referência de Furtado é *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*¹¹ (2009), sendo um livro com uma proposta teórica com enfoque estrutural nos problemas econômicos. Nesta obra Furtado se insere no debate do desenvolvimento em busca de compreender os mecanismos que implementam o processo de desenvolvimento econômico de uma nação. Furtado realiza uma revisão da literatura do desenvolvimento e percebe que o ponto de partida se encontra no processo de inovação¹², deste modo, o desenvolvimento se realiza sob novas combinações de fatores já existentes, como a introdução de novas técnicas por acumulação de novos conhecimentos científicos. Por conclusão teórica, um país que amplia sua produtividade do trabalho pela simples introdução de técnicas já conhecidas – como no caso dos países latino-americanos que absorvem sua tecnologia dos grandes centros capitalistas – consta com um certo grau de subdesenvolvimento.

pagaria com o câmbio desvalorizado, uma vez que dependia do setor externo para importação de bens essenciais (FURTADO, 1982).

¹¹ Embora esta obra já tenha vestígios de uma fase do pensamento de Furtado em que ganharia terreno a ideia mais pessimista de tendência à perturbação do subdesenvolvimento, como alega Bielschowsky (2000), a obra tem importantes contribuições de Furtado no que tange o desenvolvimentismo da década de 1950, o que justifica a escolha.

¹² Schumpeter (1997) inaugura as discussões sobre desenvolvimento ainda no início do século XX com sua obra *Teoria do Desenvolvimento Econômico*. O autor estabelece o processo de inovação como chave para compreensão do desenvolvimento econômico.

Adiante, Furtado entende a importância de compreender o fenômeno que está por trás dos mecanismos de aumento da produtividade. O destino deste mecanismo se relaciona com o nível de inversão e consumo de uma sociedade, sendo que as disparidades entre os estímulos a consumir e investir determinam a intensidade do processo de crescimento. Desta maneira, o “desenvolvimento econômico é, fundamentalmente, um processo de acumulação de capital” (FURTADO, 2009, p. 94), admitindo o processo tecnológico como uma de suas dimensões.

Até aqui, as ligações teóricas realizadas por Furtado resultam na natureza do processo de crescimento como resultado do processo de acumulação, e que a divisão deste produto entre consumir e investir determinam a intensificação do crescimento. Entretanto, havia um problema dentro da teoria do desenvolvimento tradicional, Furtado (2009) indica que os fatores reais que explicam a divisão do produto entre consumo e inversão não são abordadas dentro da teoria convencional. Para o autor, analisar os fatores que determinam as variáveis como a inversão, deve-se descer ao plano histórico, ao qual, se comportam o agrupamento das economias desenvolvidas e subdesenvolvidas. Deste modo, o estudo do processo de desenvolvimento deve ultrapassar modelos abstratos e adentrar pelo processo histórico do desenvolvimento. Conforme Furtado (2009, p. 100):

Assim, quando nos reportarmos à teoria do desenvolvimento, referimo-nos, por exemplo, aos problemas específicos daquelas economias, tais as latino-americanas, que permanecem atrasadas com relação às demais economias que se desenvolveram nos últimos 150 anos.

A essência do processo de desenvolvimento pode ser capitada aqui. Tendo no lado da produção a criação de um excedente destinado ao consumo e a inversão, assim definindo a forma como este excedente é apropriado, junto com o grupo que o apropria – envolve problema de distribuição – e a parte que é utilizada no incremento da produtividade. Tais variáveis constituem como elementos fundamentais do processo social que engendra o desenvolvimento. Em síntese, problemas no lado da produção e da distribuição refletem o sistema produtivo, sendo assim, abrangem a problemática do desenvolvimento (FURTADO, 2009).

Neste período a teoria do desenvolvimento se apoiava na proposta teórica de Rostow (1974), onde o desenvolvimento seria alcançado por etapas vencidas paulatinamente até um destino final de eliminação da heterogeneidade dual¹³ (BASTOS,

¹³ Heterogeneidade dual se refere a convivência de uma estrutura moderna com uma atrasada, ou pré-capitalista, ao longo do processo de industrialização. Neste caso, o desenvolvimento seria alcançado com a eliminação total da estrutura atrasada (RODRÍGUEZ, 2009).

D'AVILA, 2009). Entretanto, o subdesenvolvimento explicado por “etapas” não se encaixava na realidade latino-americana, sendo uma das tarefas de Furtado teorizar a respeito. Na formulação de Furtado (2009, p. 11), o subdesenvolvimento seria “um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento”, desta forma, rompendo com o modelo linear elaborado por Rostow. O subdesenvolvimento, na compreensão de Furtado, é um fenômeno de nítido fator histórico, sendo assim, não há etapas históricas comuns entre os países como propõe Rostow, mas uma condição específica, ou subproduto, do resultado da evolução do desenvolvimento capitalista.

A base do conceito de subdesenvolvimento se desdobra no conceito de excedente social tratado anteriormente, sendo ele, determinante para a acumulação de capital ocorra em uma nação. A origem de tal excedente vem da ampliação da produtividade pela divisão social do trabalho. Segundo Furtado (2009), a estrutura de classes é o fator de maior importância na determinação do excedente, uma vez que a mesma indica a proporção da produção que será consumida de imediato, ou reservada para ampliação da capacidade produtiva. Deste modo, a destinação do excedente é um dos entraves do subdesenvolvimento, consolidando em “uma situação que combina insuficiência da demanda interna (desviada para o exterior via importações) e atraso da acumulação de capital (fruto da divisão internacional do trabalho)” (PEREIRA, 2011, p. 127).

Como apontado ao longo do capítulo, Furtado, assim como Prebisch, se opõe a crença da universalidade da teoria. Segundo Rodríguez (2009), havia claramente uma certa convergência metodológica no pensamento estruturalista dos autores, predominando enfoques essencialmente econômicos. Conforme os termos descritos, Furtado também se apoiava na tese da deterioração dos termos de troca como manifestação da dependência externa, além de tudo, em ambos os autores a industrialização via substituição de importações aparece como o modo encontrado para alcançar o desenvolvimento no caso da América Latina, Conforme Furtado (2009, p. 216).

Para desenvolver-se é necessário individualizar-se concomitantemente. Em outras palavras, a individualização não é simples consequência do desenvolvimento. É fator autônomo. Atribui-se assim, grande importância à autonomia na capacidade de decisão, sem a qual não deve haver uma autêntica política de desenvolvimento.

Outra importante contribuição do pensamento desenvolvimentista está na explicação da inflação. De acordo com Bielschowsky (2000), a tradição

desenvolvimentista repelia o uso de políticas de estabilização em países atrasados, uma vez que compromete o processo de desenvolvimento econômico destes. O argumento dos autores repousava na visão de que a moeda não é a causa da inflação, pois ela se expande como resposta a elevação dos níveis de preço de origem estrutural. A inflação estaria vinculada a fatores estruturais, deste modo, combater a inflação exigia de antemão executar um esforço de planejamento para modificar a estrutura econômica prevalecente, sendo ela pouco diversificada.

Prebisch (1950) relaciona a questão da inflação com os desequilíbrios crônicos da balança de pagamento alferidos ao longo do processo de desenvolvimento. Efeitos da redução da capacidade de importar causam uma persistente desvalorização do câmbio, provocando a elevação dos custos e preços internos. Em acordo com Prebisch, Furtado (2009) trata a inflação não como um evento autônomo, mas uma manifestação dos desajustes externos estruturais. Tentar evitar tais choques inflacionários, na percepção do autor, seria um tipo de dilema, onde manter a estabilidade dos níveis de preço seria aceitar um ritmo mais lento de crescimento, em outras palavras, trocaria o desenvolvimento pela estabilidade monetária.

Sumarizando, na década de 1950, o discurso da Cepal, por consequência, de Prebisch e Furtado transmitiam uma identidade entre desenvolvimento e industrialização. Neste caso, a industrialização não deveria constituir “um fim em si mesma, mas o único meio de que dispõe para ir captando uma parte do fruto do progresso técnico e elevando progressivamente o nível de vida das massas” (PREBISCH, 2011, p. 96). Em síntese, o pensamento de Furtado e Prebisch tem como ponto de partida os desequilíbrios externos que atingem a América Latina, identificando um problema nas trocas internacionais ocasionados pela estrutura produtiva dos países latinos – sendo ela pouco diversificada e heterogênia –. Dito de outra maneira, a estrutura produtiva em conjunto com a estrutura social de uma nação, e a forma como ela se insere no comércio internacional determina seu nível de desenvolvimento.

2.1. A Crise do Pensamento Desenvolvimentista

A transição para a década de 1960 representa um ponto de inflexão, pois encerrava o ciclo expansivo apresentado na década anterior na América Latina, estabelecendo uma profunda crise que desarticula os pressupostos da estratégia de desenvolvimento

elaborada ao longo da década de 1950, visto que estava em risco o processo de substituição de importações. Primeiramente, a crise se manifesta com a queda dos indicadores econômicos dos países latino-americanos. O crescimento econômico na América Latina entre o intervalo de 1960 e 1964 cai para apenas 0,3 por cento ao ano, pressões inflacionárias e elevadas taxas de desemprego se dispersavam entre os países, ademais, desequilíbrios na balança comercial sinalizavam limitações na capacidade de importar, sendo uma condição fundamental para a dinâmica do processo substitutivo (BIELSCHOWSKY, 2000a).

Parece inegável que o início da década de 1960 representa uma ruptura com o ciclo expansivo da fase anterior. Porém, é necessário entender tal crise em seu sentido mais profundo, e sob suas diversas faces, isto é, se afastando da mera aparência deste fenômeno. O Primeiro passo seria entender o esgotamento do processo de substituição de importações. Rodríguez (2009) explica o evento a partir de uma dupla determinação. Primeiro, é preciso compreender a dinâmica e a evolução do processo substitutivo, ao qual, é realizado em etapas. Após a segunda metade da década de 1950 se empreende a instalação da indústria pesada: indústria química e metal mecânica, configurando um novo padrão industrial que vem ampliando a necessidade de proteção, e exigindo vultosos investimentos tanto do setor público, quanto estrangeiro – na forma de investimento externo direto –. Na década de 1960 alguns dos países da América Latina já partiam para uma nova etapa do processo, a implementação do setor moderno, sendo: a indústria de bens de capital (BK) e de bens de consumo duráveis (BCD). A composição desses novos setores é marcada pela participação de transnacionais, ao lado da tecnologia que provoca o aumento do coeficiente de capital, e demanda exigências de um mercado cada vez mais amplo.

Desta forma, se tornava claro que conforme se avançava o processo de industrialização havia uma exigência de um esforço cada vez mais amplo, uma dinâmica distinta e necessidade de conciliar novos atores – conciliar capital nacional e estrangeiro. Dito de outra maneira, o projeto desenvolvimentista estava encontrando os seus próprios limites. O segundo determinante alude às alterações geopolíticas hemisféricas do período, a Guerra Fria, onde os EUA gradualmente, retirava seus compromissos financeiros com a América Latina, tendo sua política externa cada vez mais pautada pelo enfrentamento com a União Soviética. Deste modo, a Europa e a Ásia se tornaram áreas de maior

prioridade. Conforme Pollock (1987), diversos órgãos internacionais¹⁴ criados no período adotam uma configuração política coincidente com a proposta da Cepal. Contudo, o agravamento da revolução cubana insere a região no mapa da Guerra Fria. A partir de então, a política de segurança dos Estados Unidos passa a comprometer a autonomia dos Estados latinos¹⁵.

Outro importante aspecto está na crise política enfrentada por alguns países da região. De acordo com Carmo Sobrinho (2001), a construção do Estado desenvolvimentista na América Latina passou por um pacto populista, exigindo do governo a conciliação dos interesses de diversos grupos sociais em troca de garantir sua legitimidade em intervir e planejar. No entanto, o novo panorama acelera a chegada de insuficiências no projeto desenvolvimentista. A industrialização formou novos grupos sociais ampliando pressões sobre o sistema político. Emerge tanto movimentos contestatórios do campo – setores que não se sentia inseridos no projeto de desenvolvimento –, quanto organizações dos trabalhadores nas cidades, junto a isso, havia o desgaste do protagonismo da burguesia nacional ao passo em que a industrialização se ancorava, de forma cada vez mais presente, ao capital estrangeiro.

O cenário abre espaço para um confronto de alternativas de desenvolvimento, onde o desenvolvimentismo, até então predominante, teria que disputar espaço com movimentos em ascensão como: socialistas, e autoritários-liberais. Não o suficiente, os efeitos não se limitaram aos aspectos políticos e impactos no lado real da economia. A crise da década de 1960 retirou dos estruturalistas da Cepal a posição de monopolista na interpretação do subdesenvolvimento da América Latina. Um grupo de pensadores intitulado como “teóricos da dependência”, veem na crise a necessidade de compreender as limitações do desenvolvimento latino-americano em contraponto às grandes hegemonias, tendo por expoentes: Ruy Mauro Marini (2000), Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (1981), Theotônio dos Santos (1969). De forma geral, estes autores acusam o projeto da Cepal de apenas agravar a condição de subdesenvolvimento, uma vez que as ideias dos cepalinos não se preocupavam com problemas resultantes do desenvolvimento capitalista, tais como: exploração, concentração de capital, apropriação

¹⁴ Como exemplo, foram criados a Operação Pan-Americana (OPA), Aliança para o Progresso e Banco interamericano de desenvolvimento (BID) (RODRÍGUEZ, 2011).

¹⁵ Após o ano de 1964, diversos países do Cone Sul são atingidos por golpes de Estado prevalecendo regimes ditatoriais (GONÇALVES, 2011).

privada, entre outros¹⁶. Para Carmo Sobrinho (2001, p. 8), estes autores objetivam “superar as insuficiências da teoria da CEPAL e dar conta das especificidades do desenvolvimento capitalista na América Latina”.

A partir de então, se tornava evidente a existência de uma crise no plano mais profundo, o teórico, sendo o ponto central deste estudo. Como alega Serra (1976), os anos de 1960 se resumem pela erosão do sonho desenvolvimentista, a industrialização perde seu dinamismo nos países latino-americanos, por consequência de contradições e desequilíbrios que ela mesmo engendra e, em alguns casos, aprofunda. A industrialização manifestava seu esgotamento provocando uma urbanização descontrolada, somado a isso, o deslocamento da miséria das zonas rurais alcançando zonas urbanas, elevadas taxa de desemprego e instabilidade política em alguns países, se torna evidente o fato de que apenas uma pequena parcela da população está se beneficiando dos frutos do desenvolvimento.

A luz desses determinantes, põe em marcha na América Latina o questionamento da viabilidade do processo de industrialização formulado pelos teóricos da Cepal. Tais Fatores expostos aqui, não foram previstos aos que pensavam a industrialização como solução a gargalos econômicos e sociais. Bielschowsky (2000) alerta que esta nova conjuntura se desdobra em uma crise teórica, pois:

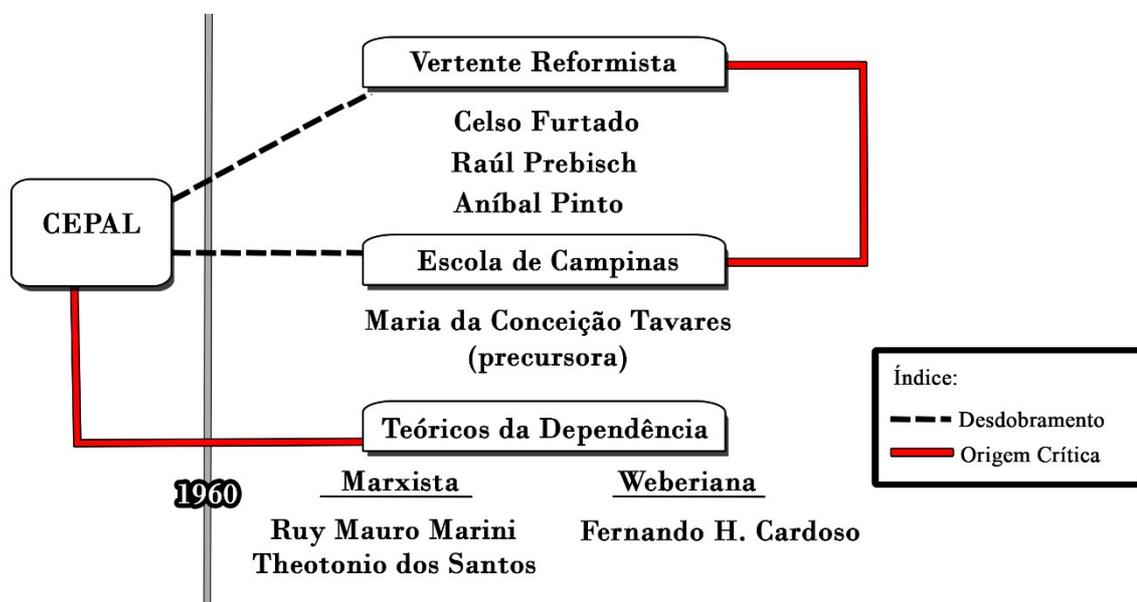
(...) ocorreu uma crise no pensamento desenvolvimentista, expressa na literatura de então. O projeto de industrialização planejada, que vinha orientando de forma mais intensa o pensamento dos economistas brasileiros, deixou de ser o núcleo ideológico das propostas e análises econômicas (p. 409).

O projeto de industrialização planejada havia seguido uma direção que não permitia abranger toda população no alcance dos frutos do progresso técnico, assim resultando em malefícios graves. Pereira (2011), alega que o desenvolvimentismo havia determinado um Estado onipotente, sempre acima e à frente, da estrutura social. Tendo em vista tais problemas, a Crise do Pensamento Desenvolvimentista, exigia novas respostas por parte dos autores da Cepal, no qual, percebiam que nem mesmo o bom planejamento econômico em favor da industrialização superaria os entraves estruturais da região, estabelecendo um acentuado confronto entre alternativas e soluções para

¹⁶ Importante mencionar uma divergência entre tais vertentes. O conceito de dependência também é utilizado pelos teóricos da Cepal, entretanto, vale ressaltar que levam a conclusões políticas-ideológicas distintas. Enquanto a condição periférica dos teóricos da dependência representavam um condição insuperável, conduzindo quase sempre a ruptura do capitalismo, especialmente na vertente marxista, para a Cepal representa problemas a serem superados via políticas econômicas e sociais (BIELSCHOWSKY, 2000a).

subdesenvolvimento da América Latina (BIELSCHOWSKY, 2000). Diante disso, sendo a industrialização, por si só, incapaz de alcançar o desenvolvimento da América Latina, quais os novos rumos do desenvolvimentismo?

Figura 1: Debate teórico do desenvolvimento da América Latina na década de 1960



Fonte: realizado pelo próprio autor.

A figura acima representa uma tentativa de mapear o debate do desenvolvimento da América Latina prevalecente na época, e indicar os rumos do pensamento desenvolvimentista. Como exposto acima a crise do desenvolvimentismo se desdobra em um debate com relação a possibilidade de desenvolvimento da América Latina. Bielschowsky (2000) sublinha que pela primeira vez o cerne do debate econômico estava na temática das reformas da estrutura da renda e principalmente agrária, retirando a prioridade das preocupações tradicionais do desenvolvimentismo, como: comércio, estrutura produtiva, etc.. Desta forma, a vertente reformista apontada na figura, retrata de autores da Cepal que estabeleciam o ideal que o desenvolvimento econômico necessita de acompanhamento de profundas modificações no aparato institucional e reformas de base, sendo o único modo de dar seguimento a um processo de industrialização planejado.

Furtado e Prebisch enveredam pelo receituário reformista ao identificar bloqueios estruturais nos rumos do desenvolvimento da América Latina. Neste caso, é importante reconhecer uma diferença primordial de ambos os autores com Aníbal Pinto (2000), embora o Aníbal reconheça a importância das reformas estruturais, discute a possibilidade

de diferentes estilos de desenvolvimento, portanto, negando a existência de algum tipo de limitação estrutural no processo de industrialização periférico.

É importante ter em mente que outros autores expoentes do estruturalismo latino-americano encontraram caminhos distintos. Tavares (1977) identifica na crise de 1960 a transição para um novo padrão de desenvolvimento com traços mais desfavoráveis da exclusão social, porém sem que se perca a dinâmica do processo de desenvolvimento. Em outros termos, a crise não passava de uma crise cíclica, o processo de industrialização não havia esgotado, apenas exigia um novo bloco de investimentos. Tal interpretação é tida como precursora do que posteriormente será conhecido como Escola de Campinas. Já no caso dos teóricos da dependência, como já exposto acima, se inserem no debate com a crítica a Cepal. Duarte e Graioli (2007) propõe uma divisão da teoria da dependência em duas vertentes principais, sendo Marini e Theotônio dos Santos da vertente marxista, e Cardoso e Faletto da vertente weberiana.

No que tange a função da CEPAL¹⁷ na década de 1960, Bielschowsky (2000a) alega que a crise não impediu que seu arcabouço teórico mantivesse um certo grau de unidade nos temas abordados. Diferente de Pereira (2011), que vê a desarticulação do órgão, declarando o esfacelamento da importância da comissão. De forma geral, a CEPAL passou a implementar novas ênfases, sua nova agenda agora estava centrada em reformas, e é neste contexto que tanto Raúl Prebisch, quanto Celso Furtado reconhecem as limitações de suas propostas, e se veem comprometidos em reformular seu pensamento, sendo este o objetivo do próximo capítulo.

¹⁷ Atualmente a CEPAL ainda prevalece como órgão de desenvolvimento da América Latina, entretanto após à crise da dívida na década de 1980, a comissão se concentra em políticas de curto prazo para alcançar a estabilidade econômica na região via “ajuste com crescimento”. Posteriormente, na década de 1990 a comissão passa a se adaptar aos novos eventos econômicos – abertura comercial e reformas no Estado –, predominando o neo-estruturalismo (BIELSCHOWSKY, 2000a).

3. CELSO FURTADO, RAÚL PREBISCH FRENTE À CRISE DO DESENVOLVIMENTISMO DA DÉCADA DE 1960

Diante das novas circunstâncias, o novo quadro conceitual da Cepal se dirige à defesa de reformas para viabilizar a retomada do processo de industrialização. Celso Furtado e Raúl Prebisch protagonizam o debate da crise tendo consciência de que precisam ampliar seu escopo teórico para capacitar um diagnóstico mais eficaz com respeito ao subdesenvolvimento da América Latina, mas claro, sem abandonar o método estruturalista.

3.1. Raúl Prebisch e a Crise de Insuficiência Dinâmica

Raúl Prebisch na década de 1960 inaugura o debate da Crise do Pensamento Desenvolvimentista com um diagnóstico reformista. Ainda dentro da Cepal, em sua obra *Dinâmica do Desenvolvimento Latino-Americano* (1968) é exposto a nova percepção do autor com relação ao esgotamento do processo de desenvolvimento. Posteriormente, em *Transformação e Desenvolvimento* (1973), Prebisch escreve como secretário geral da *United Nations Conference on Trade and Development* (UNCTAD), apresentando os princípios fundamentais que norteiam sua nova estratégia reformista.

Com respeito ao novo posicionamento de Prebisch, Gurrieri (2011) identifica nas obras do autor da década de 1960 uma dissociação com seu programa inicial da Cepal. Além de enfatizar reformas estruturais, o autor apresenta um posicionamento crítico ao padrão de desenvolvimento *hacia adentro*, especialmente com respeito aos rumos que vem tomando a industrialização substitutiva. Prebisch também passa a englobar outras áreas de conhecimento em seu posicionamento, preenchendo com posições sociológicas a estrutura social latino-americana. Essa nova direção no pensamento de Prebisch já estava presente em seu discurso de despedida da Cepal no ano de 1962. Conforme Dosman (2011), o autor aponta que Prebisch ampliava sua crítica com relação às elites latino-americanas, levantando questões sobre propriedade da terra, distribuição de renda, até mesmo educação pública.

A luz dessas características, as observações de Prebisch (1968) nos anos de 1960 retiram o papel passivo da desigualdade social no desenvolvimento, reconhecendo que a

“estrutura social predominante na América Latina opõe um sério obstáculo ao progresso técnico, e por conseguinte, ao desenvolvimento econômico e social” (1968, p. 12). Tal evidência se manifesta nos seguintes fatores: (i) a estrutura social entorpece a mobilidade social; (ii) a distribuição de renda privilegiada debilita, ou até mesmo elimina, o incentivo a atividade econômica, em detrimento a utilização eficaz do trabalho, do uso da terra e do capital; por último, (iii) privilégio distributivo se traduz em padrões de consumo exagerados, ao invés de expandir o ritmo de acumulação de capital.

Partindo deste ponto, Prebisch (1968) passa a implementar no seu diagnóstico a compreensão do estrangulamento interno da economia, que se traduz na incapacidade de alcançar uma taxa adequada de acumulação, tendo o capital na América Latina uma utilização incoerente com os propósitos do desenvolvimento. Deste modo, a política de desenvolvimento do autor tende a tomar dois rumos, sendo o primeiro, a cooperação internacional – financeira e comercial – como ferramenta de combate ao desequilíbrio externo e de reversão dos problemas presentes no processo de industrialização. O segundo, alude a realização de reformas estruturais que liberem as forças que impulsionam o desenvolvimento econômico e social.

O avanço do processo substitutivo na América Latina demonstrou que a industrialização não seria capaz de corrigir fatores que inibem o desenvolvimento, aliás, este processo estava agravando a dicotomia entre o econômico e o social. Este desequilíbrio era manifesto com o crescimento da população, havendo uma tendência à emigração do campo para as cidade – êxodo rural –, que ocasionava em um tipo de urbanização problemática. O problema estava na estrutura econômica e social da região, pois a estrutura da terra mantinha a renda concentrada no campo e gasta improdutivamente nas cidades, distorcendo a distribuição geográfica da renda e contribuindo para elevação dos níveis de desemprego devido a incapacidade da indústria de absorver toda mão-de-obra¹⁸ (PREBISCH, 1968).

Como uma proporção sensível do aumento da população ativa não é absorvido no processo produtivo, o desemprego se torna o ponto de partida da teorização do autor, sendo ele estrutural. Prebisch (1968) utiliza o conceito de “suficiência dinâmica” como parâmetro de avaliação do desempenho da economia em seu novo diagnóstico. Desta forma, a capacidade de absorção produtiva da força de trabalho, não seu nível de

¹⁸ A terra se encontrava na mão de poucos o que não garantia o uso eficiente da terra. O resultado era a ampliação do excedente da mão de obra e em subemprego, desencadeando em um processo intenso de urbanização (PREBISCH, 1968).

crescimento do produto, determinaria o dinamismo de uma economia¹⁹. Na compreensão de Gurrieri (2011), este novo conceito representa uma continuidade do pensamento do autor, uma vez que fatores como geração, distribuição, propagação e o uso do progresso técnico que anteriormente eram negligenciados, agora deslocam ao centro do debate.

Como descrito na seção anterior, na década de 1950 o enfoque de Prebisch problematizava a questão do comércio internacional, alertando um problema na distribuição dos frutos do progresso técnico entre os países que não era explicado pela teoria convencional. O pensamento de Prebisch na década de 1960 vai além, dando devida atenção a distribuição dos frutos do progresso técnico na estrutura interna da economia, que em última instância, determina o direcionamento a uma economia diversificada e homogenia.

À vista disso, a América Latina situava-se em uma crise de “insuficiência dinâmica”²⁰, “seu ritmo de desenvolvimento não foi capaz de responder às exigências peremptórias da expansão demográfica e é enorme o potencial humano que se desperdiça de uma ou outra forma, em detrimento da economia, da equidade distributiva e da convivência social” (PREBISCH, 1973, p. 3). Na compreensão de Prebisch, a necessidade de alterar o estilo de desenvolvimento que prevalece na América Latina tornava-se evidente, a proposta de industrialização, por si só, já se encontra superada.

De acordo com o mecanismo de análise de insuficiência dinâmica, o protagonismo da indústria e das atividades conexas a ela justificam o fenômeno da urbanização descontrolada. De modo geral, tais setores mencionados tendem a crescer mais rápido que o nível da renda atraindo desempregados e a população do campo em busca de rendimentos maiores, sendo assim, a indústria adquire o papel de absorver a mão de obra. Sob a hipótese da indústria cumprir a sua função de absorção, a produtividade do setor agrícola é ampliada com a absorção da sua ociosidade pela indústria. Ainda neste raciocínio, os ganhos com progresso técnico de uma economia resultam em ganhos de produtividade, que em contrapartida exigem novos investimentos, em paralelo, uma taxa mínima de aumento da renda para o seguimento do processo de acumulação. Sendo

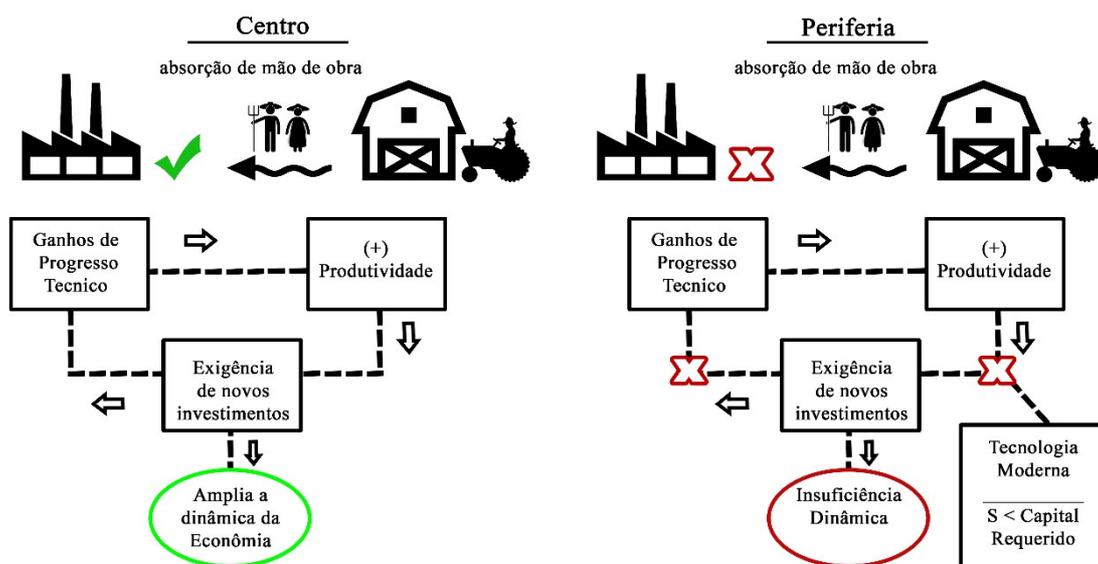
¹⁹ Suficiência dinâmica é um conceito operacional para mensurar o dinamismo econômico. Em sua obra *Desenvolvimento e Transformação* (1973), Prebisch utiliza este conceito para realizar projeções com intuito de determinar o esforço que uma economia necessita fazer para alcançar o nível de absorção necessário para controlar o processo de urbanização em um determinado período.

²⁰ Como aponta Gurrieri (2011), é importante esclarecer o conceito de “insuficiência dinâmica”, pois pode levar erroneamente a compreensão de que indica algum tipo de estagnação econômica. O conceito se refere a capacidade de absorção da economia, sendo assim, pode indicar um baixo dinamismo da economia, não mais do que isso.

cumprido esses requisitos, o resultado deste mecanismo está na ampliação da demanda da economia, conseqüentemente, reacendendo a dinâmica da economia (PREBISCH, 1968).

Entretanto, na América Latina há um descompasso no que tange a questão da exigência por um certo nível de investimento, uma vez que o capital requerido na periferia, via de regra, é superior à poupança da região, que já apresenta um nível baixo, não o bastante, é desviada pelas classes altas para satisfazer padrões de consumo supérfluo. Ainda que fosse o único problema, Prebisch (1968) acrescenta o fato da periferia não obter o comando do seu progresso técnico²¹ causa complicações ao utilizar uma tecnologia planejada para um nível de desenvolvimento distinto do seu. A figura abaixo representa o raciocínio teórico de Prebisch exposto aqui.

Figura 2 – Crise de Insuficiência dinâmica



Fonte: realizado pelo próprio autor.

Como exposto, a propagação do progresso técnico apresenta contradições na América Latina. Conforme Prebisch (1968), os países latinos carecem de medidas para elevar sua produtividade, com resultado, também de ampliar sua força de absorção de mão de obra. A discrepância do problema está na assimilação da técnica moderna – como exposto na figura –, cuja sua elaboração é efetuada em grandes centros e preparada para poupar mão de obra e alarga o volume demandado de capital. Diferente do centro que tem

²¹ Isto é, a periferia não obtém domínio de um sistema de inovação, a tecnologia utilizada além de já existir deve ser adquirida via importação dos grandes centros econômicos (PREBISCH, 1968).

capital em excesso e mão de obra limitada, a estrutura da periferia carece de aptidão para formar capital e em contrapartida tem um excesso de oferta de trabalho, conduzindo a região em um dilema onde assimilar novas técnicas amplia ainda mais o desemprego e a má distribuição da renda, isto é, agrava a insuficiência dinâmica.

Apesar dessa contradição, na percepção de Prebisch (1968), deixar de absorver técnicas modernas seria um retrocesso aos países latino-americanos, mesmo com o constante agravamento do problema da insuficiência. O autor deixa claro que não há soluções espontâneas, o problema é de difícil solução, pois os empresários não levam em consideração o emprego da mão de obra em seu cálculo econômico, muito pelo contrário, consideram apenas a redução imediata dos custos. Uma possível solução estaria em encontrar uma relação entre o custo do trabalho e do capital que, simultaneamente, assegure o emprego ótimo de mão de obra, em outras palavras, seria buscar uma combinação que permita a maior absorção compatível com o incremento máximo do produto, o que exige atuação por parte do Estado dentro do processo de propagação da técnica.

O enfoque no estrangulamento interno também se traduz na ampliação da deterioração dos termos de troca. Tal conceito era tido como a causa do desequilíbrio externo das economias da América Latina, agora o problema da insuficiência dinâmica também se torna um determinante deste fenômeno. A figura abaixo expõe os mecanismos teóricos que descrevem tal evento.

Figura 3 – Determinante interno da deterioração dos termos de troca



Fonte: realizado pelo próprio autor.

Como exposto na figura (Fig. 3), a chave para compreensão deste mecanismo está novamente na incapacidade de absorção de mão de obra que desloca para cidade, uma vez que ela impede a elevação dos salários do campo mesmo com o incremento da produtividade do setor. Ao invés, o incremento da produtividade resulta em lucros elevados aos proprietários e na expansão da produção para além do ritmo da procura, provocando a queda do nível de preço dos produtos primários com relação aos industriais. Desta forma, a insuficiência dinâmica da economia “impede que os salários destas últimas [do campo] subam em paralelo a produtividade e, na medida em que isso aconteça, a produção primária perde, totalmente ou em parte, o fruto do seu progresso técnico (PREBISCH, 1968, p. 99).

No caso do centro, a pressão para absorver a população é pequena, ou quase nula, e o nível de poupança é elevado, o que o torna capaz de conter e evitar desequilíbrios internos. Em contrapartida, o centro tende a restringir a entrada de produtos primários com tarifas alfandegárias, o que afronta ainda mais a discrepância da deterioração dos termos de troca. A solução para correção desse distúrbio, para Prebisch (1968), envolveria uma política de redistribuição internacional de rendas, uma medida de caráter moral e político – como toda medida redistributiva. A proposta estaria em retransferir aos produtos primários as rendas que haviam deixado de obter em nome das forças de mercado, porém, a orientação dependeria de uma cooperação entre os países por uma nova ordem internacional visando a equidade internacional, o que os latinos infelizmente não poderiam contar.

O modelo desenvolvimento para dentro – *hacia adentro* – vigente também é alvo de críticas do autor, pois o desenvolvimento baseado nas exportações de bens primários em conjunto com o processo de substituição de importações tem se esgotado nos países que mais avançaram no processo de industrialização substitutiva. Tem se praticado um protecionismo exagerado na região, por resultado, constituindo uma indústria isolada do resto do mundo com custos elevados e sem qualquer critério econômico, isto é, prevalecendo apenas medidas imediatistas. Tais privilégios concebidos vem privando as economias da América Latina de alcançar ganhos de escala e especialização da produção, concentrando sua atenção em indústrias muito diversificadas, porém, de escassa absorção de mão de obra e na substituição de bens finais de consumo. Conforme Prebisch (1973, p. 196),

Industrialização ineficiente e cara, pela consabida estreiteza dos mercados e o fraco incentivo da concorrência, leva dentro de si mesma o germe de sua

própria debilitação dinâmica, pois se desenvolve num regime autônomo de custos e preços que – por não ter contato com mercado internacional – desestimula as exportações de produtos industriais, que são verdadeiramente indispensáveis, uma vez que a indústria precisa voltar-se para fora do país a fim de se desenvolver internamente em profundidade.

Deste modo, com a entrada na fase difícil do processo substitutivo marcada pela ampliação da complexidade e dos custos de substituição, o estrangulamento externo exige uma reorientação da política industrial que passe a incentivar exportação de manufaturas e que preze por uma concorrência saudável ao setor industrial. A cooperação internacional²² vem sendo a opção escolhida por Prebisch para atenuar os problemas do processo substitutivo e alcançar uma melhor articulação no mercado mundial. Na visão do autor uma política de cooperação internacional deveria envolver a combinação de esforços internos e externos, se fragmentando em uma cooperação no âmbito financeiro e comercial (PREBISCH, 1973).

A cooperação financeira está vinculada a resolução das dificuldades do âmbito interno entre as economias da América Latina, assim permitindo evitar um esforço individual de acumulação profundo e prolongado. Esta cooperação tem por base na complementação da poupança interna, podendo reduzir a dependência do capital estrangeiro e financiar grandes planos de desenvolvimento, não projetos isolados. A fim de manter a reciprocidade e reduzir o poder dos credores, o repasse de recurso deveria, impreterivelmente, ser realizado por instituições multilaterais se guiando com base nos princípios do multilateralismo financeiro (PREBISCH, 2011b).

No caso dos persistentes problemas de estrangulamento externo, o combate seria efetuado por uma cooperação comercial. O livre jogo dos mercados nunca se demonstrou conveniente para América Latina, muito menos uma abertura comercial com relação ao centro faria mais do que ampliar a frequência e a gravidade dos desequilíbrios externos, consolidando nosso papel na periferia do sistema econômico. Para Prebisch (2011b), não seria justo exigir que países com níveis de desenvolvimento tão distintos se submetam às mesmas regras comerciais.

A base da proposta de cooperação internacional estaria no incentivo à exportação de manufaturas. Devido ao centro se mostrar fechado para importar manufaturas da periferia, o esforço de industrialização tem se voltado para o mercado interno, por consequência, alcançando pontos de estrangulamento. Em razão do problema de inserção

²² Prebisch já vem trabalhando desde a segunda metade da década de 1950 neste tema, formalizando uma estratégia de desenvolvimento para criação de um Mercado Comum Latino-americano (Gonçalves, 2011).

internacional apresentado, cabe aos países latino-americanos expandirem seus respectivos comércios com base na própria região²³. A proximidade entre estes países era acompanhada apenas por um pequeno intercâmbio de produtos primários entre os países da América Latina Meridional, de acordo com Prebisch (2011b), essa postura deveria ser alterada, a regionalização do processo de substituição de importações²⁴ seria o caminho indicado para dar continuidade em um projeto de industrialização planejado.

Tendo exposto as inflexibilidades estruturais que impedem o desenvolvimento da região, Prebisch aponta para a necessidade de introduzir na estrutura da região mudanças que são pré-requisitos essenciais. Fatores como expansão de mercados, definir tecnologia, ampliar a capacidade de poupança são ingredientes fundamentais para modernização da estrutura econômica, entretanto reformas estruturais dentro do sistema político e social sob a atuação deliberada do Estado são precondições para evitar o fracasso de projeto de desenvolvimento (PREBISCH, 1973). Neste caso, o receituário para a crise de Prebisch expõe algumas medidas que deveriam estar na agenda das economias da América Latina. A estrutura agrária precisaria passar por uma transformação no seu regime de posse, a estrutura industrial necessitaria de eliminar privilégios como proteção exagerada. Se no caso do centro a acumulação precedeu a distribuição de renda, na América Latina a acumulação e distribuição da renda devem caminhar juntas, pensar em crescer para depois distribuir somente tem motivado e ampliado as tensões sociais (COUTO, 2007).

A péssima distribuição da renda criou na América Latina uma classe com padrão de renda elevada que desfruta dos benefícios oferecidos pela tecnologia moderna alimentando a demanda de indústrias com menor absorção de mão de obra, além disso, dispõe de um nível elevado de consumo direcionado a formas improdutivas. Como parte considerável do consumo dessa classe advém de privilégios da sua posição dominante, o progresso técnico se torna refém dessa estrutura de renda que inibe qualquer incentivo ao desenvolvimento. Em vista desses problemas, Prebisch (1973) levanta a necessidade de compreensão do consumo destes grupos minoritários em conjunto da utilização de progressivas medidas de redistribuição de renda, com o intuito de estender um esforço maior de poupança. Com o aumento da renda alcançando as camadas inferiores propenderá, portanto, a absorção de maior quantidade de mão de obra por unidade de

²³ Ao longo da década de 1960, Prebisch estava envolvido com a tentativa de integração regional na região com a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) (GONÇALVES, 2011).

²⁴ A regionalização do processo de substituição deveria garantir ao setor industrial obter ganhos de escala externos e especialização produtiva industrial entre as economias da região. Por resultado, ampliando a capacidade de sobrevivência da indústria da América Latina.

capital investido – devido a reorientação da demanda levantar indústrias com maior absorção por capital investido.

Outro fator debilitante do desenvolvimento está na estrutura agrária da América Latina, visto que ela atua como um obstáculo estrutural privando a mobilidade social e enfraquece o progresso técnico. As causas desse problema se vinculam a forma arcaica da estrutura agrária presentes na época. Tal estrutura convive com a monopolização da terra em poucas mãos e a proliferação de minifúndios, em contrapartida, ocorre em conjunto com uma oferta abundante de mão de obra, o que facilita a apropriação dos frutos do progresso técnico pelos grandes proprietários de terra. Na compreensão de Prebisch (1973, p. 195),

Enquanto não se transforme a estrutura agrária, a fim de dar terra ao camponês que não a tem e aumentar a superfície do que a tem, na medida em que torne possível a pressão demográfica. Desta forma, poderá aquele participar de modo mais equitativo das vantagens do progresso técnico (...). Sem isso, a disparidade social continuaria se acentuando.

Com efeito, a solução para Prebisch (1973) está além de programas meramente redistributivos, é necessário utilizar de modificações profundas e radicais como a implementação de uma reforma agrária. A realização dessa reforma elevaria o nível de vida precário da população rural fazendo uma melhor utilização da terra disponível. Com efeito, provocaria o arrefecimento do processo de insuficiência dinâmica com a melhor alocação da mão de obra ociosa da agricultura e avanço nos métodos de comércio.

O crescimento populacional é outro tema discutido pelo autor²⁵, uma vez que o extraordinário crescimento da população vem exigindo um ritmo de desenvolvimento cada vez maior para região. Segundo Prebisch, os avanços científicos e tecnológicos que a região vem acompanhando fizeram reduzir significativamente a taxa de mortalidade, em oposição a isso, não houveram modificações psicológicas no que tange a atitude das famílias com respeito a taxa de natalidade. Neste contexto, o receituário de Prebisch levanta a necessidade de políticas demográficas com base essencial no papel da educação. O autor ressalta que a taxa de natalidade da região descerá espontaneamente à medida que avança o desenvolvimento, com a melhora de alguns hábitos familiares, porém, quanto antes difundir esses hábitos e praticar medidas de controle de natalidade, mais

²⁵ Prebisch em sua obra *Dinâmica do Desenvolvimento Latino-Americano* (1968) evita discutir o crescimento populacional, apesar de reconhece-lo como um grave entrave, o autor considera o assunto delicado e que ferir os sentimentos latino-americanos. Entretanto, em uma de suas obras posterior *Transformação e Desenvolvimento* (1973) aponta a necessidade de discutir o tema o quanto antes.

depressa se poderá corrigir tal distúrbio que pressiona a suficiência dinâmica da América Latina (PREBISCH, 1973).

O planejamento econômico é outro aspecto que norteia o pensamento de Prebisch sobre a crise da década de 1960. De acordo com o autor, há uma crise de planejamento na América Latina, essa crise “é alguma coisa a mais do que a crise de um método ou de uma técnica, pois os obstáculos que se opõe ao planejamento são os mesmos que dificultam o avanço da concepção estratégica do desenvolvimento” (PREBISCH, 1973, p. 219). A problemática está não apenas sob os responsáveis pelo planejamento que não se preocupam em formular em tempo hábil uma estratégia concreta, pelo qual, sirva de orientação para uma política de desenvolvimento, isto vai além, o próprio conceito de planejar, ou interferir, recebe resistência na América Latina, a ação do Estado tem sido admitida para preservação da ordem existente, quando se trata de modifica-la encontra-se inúmeras barreiras.

Dentro da proposta de desenvolvimento econômico de Prebisch, o Estado deve ampliar suas funções e executar profundas modificações radicais na estrutura da região, para isso, o planejamento é um instrumento deste para levar a cabo com maior eficiência uma estratégia de longo prazo, se esquivando de medidas imediatistas. À vista disso, o Estado precisa também transformar-se, modificando a sua imagem perante a sociedade.

Em síntese, Prebisch na década de 1960 enxerga a necessidade de englobar em seu diagnóstico problemas internos da região que repeliam a dinâmica da economia, tudo isso sem alterar a validade da sua análise inicial sobre a tendência ao estrangulamento externo. Com respeito a crise prevalecente, sob as palavras do autor, tem-se para a América Latina (1973, p. 224):

Uma grande tarefa que se tem pela frente. É de grande importância a estrutura do poder; e também possuem importância em alto grau as ideias que guiam a quem dela participa, a convicção de que é possível, com grande esforço, superar esta crise e dar um forte impulso ao desenvolvimento, sem continuar a sacrificar a equidade distributiva, nem comprometer o próprio sentido da coesão nacional. Não contando com isso, o desenvolvimento não poderia assentar-se em bases firmes e duradouras.

3.2. Celso Furtado e a Tendência à Estagnação

O diagnóstico da crise dos anos de 1960 em Celso Furtado tece uma grave conclusão, o autor alega que o avanço do processo de industrialização nas estruturas

periféricas está encontrando seu limite em consequência de fatores estruturais, em outras palavras, defende a tese de uma tendência inexorável à estagnação nas economias latino-americanas. Diferente de Raúl Prebisch com seu diagnóstico de insuficiência dinâmica visto anteriormente, Bielschowsky (2000a) identifica em Furtado um tom mais pessimista e efêmero em sua reflexão da crise.

O argumento de Furtado tem sua construção na obra *Dialética do Subdesenvolvimento* (1964)²⁶, ao qual, reúne diversos ensaios conciliando para a essência do problema do subdesenvolvimento e as causas da recente crise que atravessa a região. Após compreender a problemática do subdesenvolvimento no campo teórico, na obra subsequente *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina* (1968), Furtado reafirma suas conclusões anteriores, porém agora formalizando em um modelo teórico o problema do crescimento econômico da região. Neste período, Furtado diferente de Prebisch não mantém mais seu vínculo direto com a Cepal, se dedica a carreira acadêmica como pesquisador da Universidade de Yale e posteriormente como professor na França, além disso, a queda do regime democrático no ano de 1964 exige que o autor se exile²⁷.

O ponto de partida de Furtado (1964) está no reencontro da dialética do filósofo alemão Georg Hegel. A lógica da dialética nega que o mundo se constitua por coisas acabadas, a resposta estaria em um conjunto de processos que havia na concepção do autor uma “necessidade histórica”. Desta forma, cada período histórico contém um corpo institucional que unifica todas as instituições, como: política, religião, artes, literatura, entre outros. O ponto central da dialética está no fato de que uma alteração em qualquer dessas instituições repercute em todas as demais, como resposta a modificação anterior. Como afirma Hegel, este conflito de forças opostas coloca os processos históricos em pleno movimento, seria um equilíbrio móvel que move a história.

A dialética de Hegel inseria as “ideias” como fatores responsáveis pelas mudanças nas instituições. Tal concepção levou Marx (1982) a reformular a lógica da dialética, elaborando sua própria via: o materialismo histórico. A nova lógica proposta por Marx deu devida atenção a fatores materiais, como as relações de produção, assim reduzindo as instituições pontuadas por Hegel a uma dicotomia entre infraestrutura e superestrutura, onde a primeira se refere as forças produtivas – dado uma determinada tecnologia –, a

²⁶ Dentro da obra *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* (2009) já se encontra de forma mais branda discussões sobre a distribuição de renda como entrave ao desenvolvimento, Bielschowsky (2011) alega que Furtado foi o primeiro a tratar do problema dentre os estruturalistas.

²⁷ Mais informações com relação a trajetória intelectual de Celso Furtado em Guimarães (2001).

segunda compõe os valores ideológicos. Esta apresentação da realidade social traz considerações importantes, uma vez que simplifica “o todo” sob uma dimensão material e imaterial, e estabelece uma hierarquia entre os setores, onde a infraestrutura é a base real a qual surge a superestrutura.

A base metodológica de Furtado na década de 1960 tem início no resgate dentro da tradição do pensamento marxista²⁸ de um modelo dinâmico de representação da realidade social. Marx ao identificar as forças primárias que provocam reações sob a forma que o processo de desenvolvimento histórico é apresentado, dirige sua atenção as relações de produção e a estrutura social. Como pontua Furtado (1964, p. 19), dentro da proposta de Marx, “toda vez que em determinadas condições históricas avança a tecnologia e se desenvolve as bases materiais, todos os demais elementos serão chamados a ajustar-se”. Assim concluindo que as alterações na estrutura social – superestrutura – estão condicionadas a estrutura econômica – infraestrutura –.

Partindo dessa compreensão Furtado (1964, p. 23) percebe uma incapacidade da análise econômica moderna em “captar os fenômenos econômicos em desenvolvimento, como aspecto de um processo mais amplo de mudança social”. Compreender o desenvolvimento deve-se partir de uma concepção semelhante a dialética, que tenha em vista que o todo não pode ser explicado apenas por suas distintas partes. Deste modo, se atividades e hábitos – inovações – absorvidas de outras culturas provocam reações que repercutem em toda estrutura social, o desenvolvimento econômico pode ser compreendido também por um processo de mudança social, onde as necessidades humanas são satisfeitas através de alterações no sistema produtivo decorrente de inovações tecnológicas.

Tendo em vista que as inovações tecnológicas provocam um acréscimo no excedente, podendo ser utilizado para ampliar a capacidade produtiva ou na melhoria imediata do bem-estar social, o próprio mecanismo de apropriação do excedente engendra em um conflito social, ou como intitula Marx, resulta em uma luta de classes. Conforme Furtado (1964, 1968), tal conflito não causa o entorpecimento do desenvolvimento econômico, pelo contrário, atua como motor do capitalismo. Pressões por parte dos trabalhadores em busca de ampliar sua participação nos frutos do desenvolvimento não comprometem o desempenho do capitalista com a redução de sua poupança, uma vez que a classe capitalista é capaz de contra-atacar com o uso de inovações tecnológicas capazes

²⁸ Furtado (1989) argumenta que ao colocar a análise das estruturas sociais e econômicas como forma de compreender o comportamento dos agentes, os estruturalistas tem influência teórica de cunho marxista.

de compensar a margem do aumento dos salários. Desta forma, o próprio conflito de classes resulta em impulsos no avanço do progresso técnico.

Os países do centro logo notaram os benefícios do conflito de classe, permitindo que este processo fosse institucionalizado com a utilização de sindicatos e demais mecanismos. Em função disso, as pressões por salários maiores junto a uma demanda por menor carga horária de trabalho por parte da classe trabalhadora exige um aperfeiçoamento do processo de inovação (FURTADO, 1964). Ao se referir aos benefícios da luta de classe, Furtado alude a uma redução mais-valia relativa²⁹, uma vez que o incremento tecnológico que vem reduzindo a quantidade de trabalho necessária alcança a classe trabalhadora com a redução da jornada de trabalho, ao invés ser apropriado totalmente pelo capitalista.

Nos termos descritos por Furtado (1964), o mecanismo de luta de classes como motor do capitalismo surge em fases posteriores do desenvolvimento do capitalismo clássico, onde o pólo dinâmico se desloca da acumulação passando a beneficiar a classe trabalhadora. Com a absorção do setor pré-capitalista pelo setor moderno – o setor industrial – é eliminada a heterogeneidade na estrutura produtiva, onde a oferta de mão de obra deixa de ser elástica, permitindo um maior grau de protagonismo da classe trabalhadora na dinâmica capitalista. Deste modo, quando os países de desenvolvimento clássico asseguram seu avanço tecnológico, conseqüentemente, viabilizam o mecanismo de inovação devido ao seu comando do progresso técnico, pelo qual, provocam alterações radicais dentro da estrutura produtiva que decorrem em modificações na estrutura social. Por resultado, haveriam benefícios recíprocos com os desdobramentos da ampliação do excedente.

Entretanto, as economias apontadas por subdesenvolvidas demonstram peculiaridades que distinguem do modelo corrente capitalista. A formação destes países já nascem inseridos dentro do terceiro mundo sem que houvesse algum tipo de condução espontânea ao desenvolvimento. Ao contrário do caso do centro, como expõe Furtado

²⁹ O conceito de mais-valia se refere ao fenômeno de extração do valor adquirido na produção pela classe capitalista por meio da exploração da classe trabalhadora. A mais-valia pode ser dividido em duas formas, sendo elas: (a) a mais-valia absoluta, que ocorre quando o valor é apropriado pelos capitalistas via aumento da jornada do trabalhador, ou seja, mesmo que quatro horas de trabalho sejam suficientes ao trabalhador, sua jornada será estendida para que o capitalista se aproprie de parte do seu trabalho; a outra via, (b) a mais-valia relativa, sucede quando a quantidade de trabalho necessária na produção é reduzida, seja por um avanço tecnológico ou outro fator, porém, o trabalhador mantém seu nível de trabalho constante, assim todo excedente extra vai para o capitalista (MARX, 2010). Deste modo, no caso dos países do centro, há uma redução da mais-valia relativa, uma vez que os benefícios do avanço tecnológico alcançam a classe trabalhadora.

(1982) com respeito ao caso do Brasil – o que se assemelha com a condição periférica da região –, a maior parte do processo histórico a periferia esteve inserida com sua dinâmica voltada para fora, sendo assim, não exercendo nenhuma pressão para distribuir os frutos do desenvolvimento³⁰. Até a grande depressão do ano de 1930, o Brasil se encontrou dentro de um esquema de divisão internacional do trabalho onde não havia espaço para a assimilação de novas tecnologias, sendo este, o alvo de Furtado para compreender a natureza do desenvolvimento destes países.

Ter o “comando do progresso técnico” é um conceito chave para interpretação de Furtado, o fato das economias subdesenvolvidas absorverem sua tecnologia dos grandes centros, a adaptação desta tecnologia torna-se de imediato um problema de maior complexidade para a periferia. O processo de industrialização tardio da periferia acontece sem a eliminação do setor pré-existente, isto é, com mão de obra ilimitada³¹. Para mais, a composição das tecnologias mais avançadas do centro agrava ainda mais o dualismo entre as estruturas econômicas, pois utiliza o mecanismo de poupança de mão-de-obra – efeito das tecnologias modernas – impedindo o processo de absorção da mesma nos setores mais modernos e se manifestando em subemprego (FURTADO, 1968).

Por consequência, o fato da periferia não ter o comando do seu progresso técnico impede-a de utilizar uma tecnologia apropriável ao seu estilo de desenvolvimento³², tendo também reflexos na dificuldade em solucionar o conflito de classes, pois pressões por salário acabam tendo que ser resolvidas no campo político, por conseguinte, perdendo um dos fatores essenciais do dinamismo capitalista. Tais contradições da estrutura periférica dirige Furtado (1964, p. 61) a um diagnóstico reformista e a compreensão da problemática da estrutura interna. Para o autor, sendo o desenvolvimento econômico “fundamentalmente um processo de incorporação e propagação de novas técnicas, implica em modificações de tipo estrutural, tanto no sistema de produção como no de distribuição”.

Na percepção de Furtado (1964), formas anacrônicas de distribuição de renda vem ocasionado em limitações ao seguimento do processo de industrialização, estas vem mais do que se traduzindo em insuficiências na demanda final para consumo ou investimento, vem distorcendo a utilização do produto social – o excedente –, o que é condição

³⁰ Como a dinâmica estava totalmente voltada para fora, ampliar salários apenas resultaria em ampliar custos.

³¹ Se a mão de obra é ilimitada, a oferta de mão de obra se torna elástica, assim dificultando elevação dos níveis de salário (FURTADO, 1968).

³² Conclusão análoga a apresentada em Prebisch (1963).

necessária do processo de acumulação de capital. Com base nisso, Furtado ressalta a falta de um mecanismo de autolimitação no uso do produto social imposto pela sociedade, este mecanismo está ligado a formas de distribuição de renda caracterizadas por extrema desigualdade, onde grupos minoritários obtêm controle dos frutos da economia. Sob as palavras do autor:

(...) não apenas da acumulação depende o desenvolvimento. Apoia-se este, igualmente, na força dinâmica que surge nas sociedades sob a forma de impulso para a melhoria das condições de vida. Se o incremento do produto, decorrente da acumulação, permanecesse indefinidamente concentrado nas mãos dos pequenos grupos dirigentes, o processo de formação de capital tenderia a um ponto de saturação. É porque parte apreciável desse novo produto se distribui entre as massas trabalhadoras, que o desenvolvimento pode-se seguir adiante (FURTADO, 1964, p. 62).

Em síntese, Furtado na década de 1960 vê a permanência do subdesenvolvimento como um problema em termos da estrutura social e seus reflexos na propagação do progresso técnico. Tal estrutura é a raiz de uma tendência à estagnação que caracteriza as atuais economias em condições periféricas. Furtado em *Dialética do Subdesenvolvimento* (1964) se preocupa com a origem do reduzido dinamismo interno, entretanto sem se dirigir diretamente ao problema do crescimento das economias subdesenvolvidas, tarefa que o autor executa em sua obra *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina* (1968).

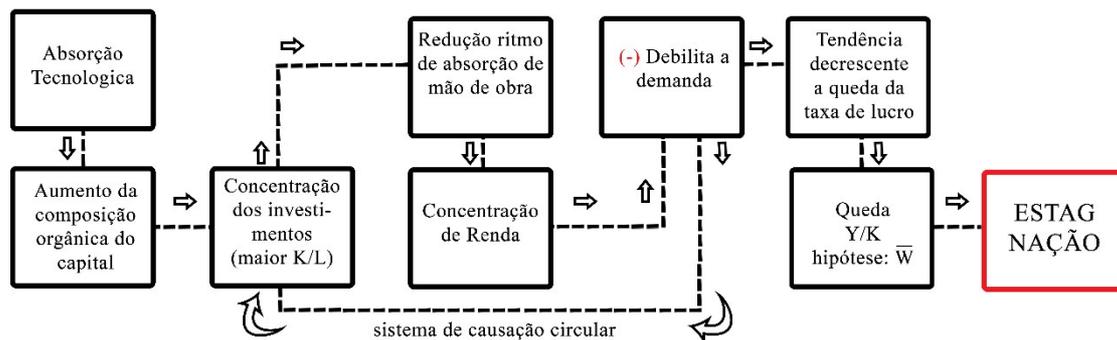
Como discutido até aqui, ao longo da década de 1960 “a experiência tem demonstrado na América Latina, que esse tipo de industrialização substitutiva tende a perder impulso quando se esgota a fase das substituições ‘fáceis’, e eventualmente provoca estagnação” (FURTADO, 1968, p. 39). Em busca de compreender o alcance deste processo de industrialização, Furtado analisa o avanço para fase “difícil” da industrialização, onde é implementado o setor de BK e de BCD.

A presente etapa do processo substitutivo altera a composição da tecnologia, o setor BCD apresenta um elevado coeficiente de capital, o que determina um nível maior de investimento necessário para empregar uma pessoa, isto é, ele poupa mão-de-obra. No caso dos BK, o setor tem por empecilho as dimensões do mercado da América Latina que não comportam as suas exigências, ocasionando em capacidade ociosa, junto a isso, a falta de um adequado meio de financiamento, a única maneira de desenvolver tal setor está com o alcance dos preços relativos a níveis extremamente elevados (FURTADO, 1968).

Sob a hipótese de que a taxa de lucro tende a se igualar nas distintas indústrias, e que o nível de salário é o mesmo para ambas, Furtado (1968) infere que a relação produto-capital³³ tenda a ser menor, quanto mais elevado for o coeficiente de capital por trabalhador. Os elevados níveis de preços dos equipamentos, exigidos para contrabalancear as dimensões do mercado, tem repercussão na transferência de custos tanto para o setor manufatureiro, quanto para o agrícola, implicando diretamente na ampliação do custo de vida da população.

Por resultado de tais contradições, Furtado (1968) demonstra que o dualismo na estrutura econômica também tende a ampliar com a implementação dos setores de BK e BCD, sendo que na medida que amplia o volume de investimento, reduz a transferência do setor pré-capitalista para demais atividades produtivas. A figura abaixo busca sintetizar o processo de estagnação descrito por Furtado.

Figura 4. Tese de tendência à estagnação



Fonte: realizado pelo próprio autor.

Como exposto na figura (Fig. 4), a concentração de renda vem sendo determinada e realimentada pelo próprio mecanismo de desenvolvimento alcançado na América Latina, visto que o elevado coeficiente de capital causa uma nova concentração de renda reduzindo progressivamente a participação das massas salariais com relação ao produto – ocorre um processo de causação circular como indicado na figura. Com efeito de salários estáveis³⁴, resulta na redução da taxa de crescimento com o declínio da relação produto-capital com a maior participação dos setores modernos. Em síntese:

³³ Relação produto-capital determina que o acréscimo de produção é determinado pelo acréscimo de capital (P/K), com o declínio dessa relação se traduz em contradições na taxa de lucro com efeitos negativos na poupança e redução na taxa de crescimento (FURTADO, 1968).

³⁴ Assumindo a hipótese de que os salários são determinados por fatores exógenos ao mercado na periferia, eles se mantêm estáveis (FURTADO, 1968).

Furtado parte da ideia de que a má distribuição de renda seria responsável por orientar a estrutura produtiva para um padrão de industrialização pouco empregador de trabalho e reforçador da má distribuição. À medida que a industrialização prosseguia na direção de estágios mais avançados, os novos setores não só eram cada vez mais intensivos em capital, como exigiam cada vez maiores escalas. (...) O resultado seria uma tendência simultânea à queda na taxa de lucro, à redução na participação dos salários na renda e à falta de mercado consumidor para os novos produtos, com consequente perda de dinamismo e tendência à estagnação (BIESCHOWSKY, 2000a, p. 72).

Com o constante agravamento da má distribuição de renda e com o avanço da industrialização, dois fortes grupos, na percepção de Furtado (1968), passam a ter um papel preponderante neste processo de causação circular do agravamento da má distribuição de renda. O primeiro, retrata a uma pequena minoria da população que mantém padrões de consumo supérfluo e despreocupados com a questão do desenvolvimento. Estas classes altas vem modificando a composição da demanda, assim exigindo que os investimentos produtivos se orientem em benefício da ampliação da participação dos setores modernos com menor produtividade de capital – setor de BCD e de BK –. Na percepção de Furtado, transformações na composição da demanda acabam determinando a estrutura da oferta, que se apoia em setores modernos que promovem um efeito concentrador. O segundo se refere as indústrias transnacionais, que vem subtraindo a orientação das decisões do planejamento econômico do Estado. A explicação está nos equipamentos adquiridos pelas transnacionais de suas matrizes não comportam a necessidade da estrutura latino-americana, seja poupar matéria prima e simplificar os processos de trabalho, pelo contrário, elas selecionam a tecnologia com elevado coeficiente de capital, capaz de produzir desemprego e subemprego.

Como exposto, Furtado (1968) tem um posicionamento pessimista com as possibilidades de desenvolvimento em conjunto com as indústrias transnacionais. Tais indústrias são convocadas para atuar com inúmeros privilégios, se estabelecem com grande poder econômico fora de legislações antitruste de países do centro e terminam por comandar as decisões básicas com respeito a orientação do investimento, nível de integração das economias nacionais, financiamento da pesquisa, entre outros. Deste modo, as transnacionais contribuem para o esvaziamento do projeto de industrialização integral retirando parte da primazia do Estado no comando do desenvolvimento.

Destarte, Furtado demonstra em suas obras a natureza dos malefícios que emergiram ao longo do processo de industrialização nos anos de 1960. Para o autor, o cerne do problema é de caráter essencialmente estrutural, a industrialização não promoveu o desenvolvimento, muito pelo contrário, apenas a sua modernização para um

tipo de economia em que os ganhos com o aumento da renda são absorvidos por uma pequena minoria em benefício de um padrão de vida despreocupado sem relação alguma com qualquer tipo de plano de desenvolvimento nacional, cujo a má distribuição da renda se torna o traço essencial da nova estrutura condenada à estagnação.

Dado estas conclusões, Furtado se afasta profundamente da visão cepalina, ou velha Cepal, pois a industrialização não conduziu a América Latina para um patamar superior de desenvolvimento. Na compreensão de Curado (2013), não que o autor deixe de levar em conta a importância da industrialização, porém passa a trabalhar com o conceito de economia industrial subdesenvolvida, necessitando pensar em outros caminhos para elevar a condição de vida da população. Para Furtado a industrialização pode gerar crescimento econômico para o país, mas de forma alguma isso é suficiente para impulsionar o desenvolvimento da nação.

O receituário de Furtado para o novo panorama do desenvolvimento da América Latina não residia em uma proposta de domínio puramente econômico, envolve questões políticas, sociais, recorrendo a alterações em todo marco institucional. Para Furtado reformas pesadas na estrutura da terra – reforma agrária – e envolvendo a distribuição de renda deveriam ser viabilizadas, retomando e ampliando o papel do Estado no que tange o planejamento econômico como ferramenta efetiva para enfrentar as mazelas do subdesenvolvimento. Com o objetivo de modificar a estrutura econômica e social, a proposta de Furtado cabe como um tipo de revolução social planejada que envolve o engajamento de toda população em um projeto nacionalista cuja finalidade principal está na superação do subdesenvolvimento.

Realizar reformas em benefício da estrutura social implica no compromisso de modificar a estrutura de poder existente, então, redistribuições da renda são necessárias, porém não suficientes. A defesa da necessidade de uma reforma agrária se embasa em proveitos com a geração de uma poupança potencial disponível para fins de investimento produtivo, sendo um dos gargalos apresentados por Furtado. Como afirma Bielschowsky (2000a, p. 70), a formação das economias periféricas deixou uma estrutura da terra sob controle de uma pequena minoria representada por latifundiários rentistas que estão entorpecendo o progresso técnico, “de modo que o acesso do camponês à terra, desde que devidamente apoiado pelo Estado, abriria caminho para maior produtividade agrícola e melhor uso do excedente (fixa homem no campo evitando marginalização urbana)”.

O marco político é outra importante reforma na concepção de Furtado, pois o Estado ainda deveria permanecer com seu papel preponderante na condução do

desenvolvimento econômico e social, necessitando realizar profundas modificações. Deste modo, a redefinição do papel do Estado deve ser vinculada com um intenso apoio de movimentos políticos, assim sendo capaz de alterar as bases atuais das estruturas de poder. A formulação de uma política de desenvolvimento para a América Latina, na compreensão de Furtado (1968), está atrelado a capacidade dos líderes motivarem a mobilização de grande parte da população, junto com a participação ativa na política das mesmas. Esta alternativa demonstra a relevância do princípio da nacionalidade na busca do desenvolvimento para o autor, uma vez que deveria ser realizada por centros políticos nacionais com base nos valores e ideais de cada nacionalidade.

A preocupação de Furtado com a situação política da região está ligada ao contexto da época, onde ocorria quedas de regime democráticos em diversos países da América Latina. No caso do Brasil, no ano de 1964 a crise política prevalecente ocasiona em um golpe militar, assim afastando o debate e as demandas com respeito a necessidade de reformas de base propostas. A partir de então, prevaleceu o seguimento do processo de industrialização, como sublinha Bastos & d'Avila (2009), potencializando a natureza excludente do estilo de desenvolvimento. A mudança de direção em favor da restauração da dinâmica da economia brasileira favorecia a concentração da distribuição da renda e do incentivo à exportação dos grandes proprietários.

Ainda no ano de 1963, Furtado dentro do Ministério do Planejamento do Brasil implementou o Plano Trienal³⁵, ao qual, objetivou após reestabelecer a situação econômica do país, implementar medidas de justiça social como reforma agrária, isto é, utilizar um receituário reformista como saída da crise que o país enfrentava (BIELSCHOWSKY, 2000). Após o ano de 1964 as diretrizes políticas do regime militar substituiriam o enfoque reformista de Furtado, tendo agora dentro do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) uma reforma salarial como principal medida anti-inflacionário, assim deteriorando o salário real da grande massa da população³⁶.

Tendo tratado da problemática do subdesenvolvimento, o receituário de Celso Furtado dos anos de 1960 alega que apenas com uma ampla participação social com apoio de um forte marco político, junto com a realização de importantes reformas – na estrutura agrária e da renda –, poderia ser contornado a presente crise estrutural. Como consequência, haveria uma ampliação do consumo na direção dos produtos industriais,

³⁵ O Plano Trienal foi abandonado alguns meses após o anúncio devido à crise política (BIELSCHOWSKY, 2000).

³⁶ Para mais informações com respeito as medidas utilizadas no PAEG ver em Lara-Resende (2014).

desta maneira, apoiando a fase difícil do processo de industrialização, podendo deste modo reestabelecer o dinamismo com a recomposição dos investimentos industriais, isto é, efetuar a retomada do projeto de industrialização de forma não-excludente e democrática.

3.3. Breves Reflexões e Perspectivas do Pensamento de Raúl Prebisch e Celso Furtado

A partir da discussão empreendida aqui, é possível pensar na Crise do Pensamento Desenvolvimentismo da década de 1960 como um marco no pensamento de Furtado e Prebisch. De acordo com Lessa (2005), este momento representa um ponto de inflexão no pensamento de Furtado – o mesmo pode ser pensado para Prebisch –, uma vez que o autor se dedicou a compreender como a periferia não foi capaz de reproduzir os padrões de vida do centro. Desta maneira, os resultados dessa crise desfazem a identidade estabelecida anteriormente entre indústria e desenvolvimento, frustrando a expectativa dos representantes do pensamento desenvolvimentista³⁷.

O novo diagnóstico desenvolvimentista presente nos anos de 1960 conduziu a um receituário de cunho reformista, Celso Furtado sob a visão da “tendência à estagnação” e Prebisch com a “insuficiência dinâmica” lograram a imagem de que o estilo de desenvolvimento deveria ser alterado, exigindo transformações e reformas na estrutura da América Latina. A proposta dos autores recai não apenas em uma melhor distribuição de renda e de profundas reformas na estrutura da terra, abrange modificações no processo tecnológico, cultural e educacional, de forma geral, exigem profundas transformações nas instituições políticas com intuito de viabilizar um Estado capaz de implementar tais reformas dentro do projeto desenvolvimentista.

Bielschowsky (2011) aponta que tanto em Furtado quanto em Prebisch é possível notar o seguimento do método de contrastar a periferia com o centro, assim fortalecendo o argumento que a estrutura latino-americana, ao contrário do centro, permanece com sua

³⁷ Apesar da defesa da crise como um ponto de inflexão no pensamento de Furtado e Prebisch está presente nesse estudo, Saes (2010) propõe uma outra leitura deste cenário com base no pensamento de Furtado. O autor expõe que essas questões levantadas nas obras da década de 1960 já eram colocadas nas obras anteriores de Furtado como *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* (2009). O próprio Prebisch (1983) em seu texto auto bibliográfico indica que seu pensamento ainda no final da década de 1950 avança para uma fase crítica e de melhor compreensão dos problemas, dando atenção ao esgotamento do processo de substituição de importações e a questões relacionadas a disparidades de renda. Desta maneira, a crítica a industrialização como superação do desenvolvimento foi construída ao longo da trajetória dos autores. A crise foi um fator importante, porém apenas acelerou um processo que já estava em andamento.

heterogeneidade estrutural e que isso reflete em contradições na estrutura produtiva e distributiva, pois mantém uma abundância de mão de obra não permitindo a adequada transmissão da produtividade aos rendimentos dos trabalhadores.

Apesar de conclusões semelhantes há divergências fundamentais na tese de ambos os autores, além do diagnóstico de Furtado apresentar conclusões mais radicais, Bielschowsky (2000a) alega que na proposta de reforma agrária em Prebisch não apresenta o argumento de que auxilia na industrialização com o incremento no mercado interno como em Furtado, a ênfase de Prebisch recai na necessidade de investimento produtivo para absorção da mão de obra, diferente de Furtado que se concentra na importância da demanda, ou mercado interno.

Outro ponto importante está no problema da absorção tecnológica e suas contradições, ambos os autores convergem para compreensão que a tecnologia do centro está preparada para um nível de desenvolvimento distinta da presente na periferia. Como visto, o caráter da tecnologia moderna implica em poupar mão de obra e na ampliação do coeficiente de capital. Bielschowsky (2000a) sublinha que os autores tem visões diferentes no que tange os resultados deste fenômeno, em Prebisch implica na ampliação da insuficiência dinâmica da economia, por sua vez, em Furtado as causas afetam a insuficiência da demanda. A tabela abaixo busca sintetizar as principais divergências entre o pensamento de ambos os autores apresentadas ao longo deste estudo.

Tabela 1 - Síntese dos elementos analíticos que compõe o pensamento de Furtado e Prebisch na década de 1960

Elementos	Celso Furtado	Raúl Prebisch
Fase Anterior (CEPAL)	Convergência Teórica Metodológica	
Diagnóstico	Bloqueio estrutural no avanço do processo de industrialização em sua fase avançada	Limitações da estrutura Interna debilitam o avanço do progresso técnico e debilita o sistema produtivo
Referência do argumento	Teórica: encontro do estruturalismo com a tradição marxista	Atenção a divisão interna dos frutos do progresso técnico
Consequência do Diagnóstico	Tendência inexorável à estagnação	Ampliação das exigências para superação do subdesenvolvimento (insuficiência dinâmica)
Inserção Internacional (*)	Dependência externa	Dependência externa, Integração Internacional, insuficiência (volume) e composição (não diversificada) das exportações

Condições Estruturais Internas (**)	Problema distributivo, estrutura da terra e produtiva concentrada, absorção tecnologia, capital externo (transnacionais)	Problema distributivo, estrutura da terra e produtiva concentrada, absorção tecnológica, ineficiências no processo substitutivo
Ação Estatal	Conduzir reformas estruturais de base, transformação do Marco Político, participação social	Conduzir reformas estruturais de base, recuperar eficiência do Estado, políticas demográficas
Enfoque	Demanda (mercado interno)	Produção (absorção da força de trabalho)
Outros	Democracia, representação social, equidade social, ideologia desenvolvimentista	Crescimento populacional, planejamento econômico
(*) Relação Centro-Periferia e Vulnerabilidade Externa.		
(**) Progresso Técnico, emprego, Distribuição de Renda		

Fonte: realizado pelo próprio autor.

Os anos de 1970 marcam uma nova etapa presente no pensamento de Furtado e Prebisch. Rodríguez (2009) defende uma nova perspectiva nas ideias dos autores, porém com vários pontos de convergência com a etapa anterior. Conforme Pedrão (1998), nos anos setenta as relações de dependência se aprofundam na América Latina com relação aos países mais ricos, fato explicado pela concentração do capital financeiro mundial que refletem em elevados níveis de endividamento dos países periféricos. Desta forma, o eixo de crescimento-distribuição estabelecido na década de 1960 precisa de novos moldes para enfrentar uma nova conjuntura, ou seja, inaugura uma nova inflexão no pensamento de Prebisch e Furtado.

A partir do ano de 1976, Prebisch inicia uma nova fase em seu pensamento por meio de publicações dentro da Revista de La Cepal³⁸, e consolidada posteriormente na obra *Capitalismo Periférico* (1981). Nessa etapa, Prebisch se torna ainda mais cético quanto à possibilidade de romper com o subdesenvolvimento da América Latina, tratando a desigualdade social como uma característica inerente à estrutura da região, e que tais traços florescem em desajustes sociais e políticos. Neste caso, reformas estruturais dentro do sistema prevalecente apenas conduzia a um ciclo, onde os ganhos adquiridos pelas camadas inferiores resultam em pressões sobre a produção do excedente, que até então atuava em favor do consumo das camadas elevadas. Por consequência, engendrando em

³⁸ Inaugura com as obras principais: *Crítica al Capitalismo Periférico* (1976), *Estructura Socioeconómica y Crisis del Sistema* (1978), *Hacia una Teoría de la Transformación* (2008 [1980]), e *La periferia latinoamericana en el sistema global del Capitalismo* (1981).

uma nova crise econômica e política até que se reestabeleça a tendência à exclusão do capitalismo periférico.

Sendo assim, a solução para Prebisch consistia em romper com os princípios que assentam o capitalismo periférico, propondo uma transformação no modo de produção capitalista na América Latina. A proposta do autor consiste em uma síntese entre o liberalismo e o socialismo, conciliando características coletivas no que tange a correção das disparidades estruturais da renda, realizando um melhor uso social do excedente, e o individualismo estaria presente para garantir a alocação do capital em resposta a demanda que se manteria formulada pelo mercado, isto é, pela liberdade individual.

Assim como Prebisch, Furtado também apresenta novas características em seu pensamento. Com as obras *Mito do Desenvolvimento Econômico* (1974), *Criatividade e Dependência na Civilização Industrial* (1978) e *Cultura e Desenvolvimento em Época de Crise* (1984), Furtado buscou justificativas a permanência do subdesenvolvimento em outro plano teórico, ultrapassando análises econômicas e sócio-políticas, recorrendo a questões culturais, ou, com as palavras do autor, o “sistema global de cultura”. Furtado demonstra que a inserção dos países latinos no sistema capitalista não só determinou a sua posição subdesenvolvida como país primário exportador, mas também introduziu a região dentro de uma dependência cultural. Deste modo, na percepção de Furtado a superação da condição periférica passa a depender da expansão de uma identidade cultural própria, envolvendo ideias e valores – a cultura não material – ao papel principal.

Como definido aqui, a questão do subdesenvolvimento da América Latina ainda permanece como palco de debate para intelectuais renomados como Celso Furtado e Raúl Prebisch ao longo do século XX. Conforme se altera a situação periférica da região, o pensamento de ambos vem se renovando e trazendo novos diagnósticos e receituários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a criação da Cepal no ano de 1948, reuniu economistas da tradição estruturalista como Raúl Prebisch e Celso Furtado defenderam medidas que almejavam uma transformação radical na estrutura produtiva da América Latina sob o comando deliberado do Estado, período que se tornou conhecido na literatura pela prevalência do pensamento desenvolvimentista. Ambos os autores na primeira década de atuação da Cepal forneceram suporte teórico e prático para consolidação de um projeto de industrialização planejado como medida de superação do subdesenvolvimento.

Neste período, Furtado ao lado de Prebisch desafiaram o *establishment* econômico tradicional problematizando a teoria dominante do comércio internacional e a visão do subdesenvolvimento estabelecida na época. No receituário de ambos os autores, havia um reconhecimento das grandes dificuldades que a América Latina deveria enfrentar, entretanto, havia um certo otimismo que a industrialização seria a via de superação do subdesenvolvimento.

A década de 1960 marca a desconstrução do projeto desenvolvimentista, ocorre uma crise que se desdobra no esgotamento do processo de substituição de importações em conjunto com agravamento dos problemas sociais – marginalização, subemprego –. Todavia, esta crise ultrapassa problemas como baixa produtividade, capacidade ociosa e choques inflacionários, uma vez que conduz os autores da Cepal na reformulação do seu pensamento, e questionarem se seria ainda a industrialização, por si só, capaz de superar as mazelas do subdesenvolvimento da América Latina. Havia uma crise teórica na América Latina, mais precisamente, uma Crise no Pensamento Desenvolvimentista.

Como exposto, o âmago deste estudo está vinculado à crise do desenvolvimentismo e como dois ícones do pensamento desenvolvimentista interpretam essa crise, para tal, torna-se necessário resgatar o problema que moveu esta pesquisa: frente à crise econômica e, conseqüentemente, também do pensamento desenvolvimentista que assola a América Latina nos anos de 1960, como Furtado e Prebisch interpretaram tal crise e como tais interpretações ulteriores contribuíram para novas formulações teóricas com relação ao tratamento do subdesenvolvimento da América Latina?

Na década de 1960, Prebisch reestrutura seu pensamento percebendo que é necessário não apenas entender como os frutos do progresso técnico se distribuem no comércio internacional, também é pertinente compreender como eles são distribuídos em

sua estrutura interna. Com esta percepção, Prebisch interpreta a crise da década de 1960 como uma crise de insuficiência dinâmica, alegando a incapacidade da estrutura da América Latina em absorver o total da sua força de trabalho, isto é, havia um desemprego estrutural ocasionado por limitações na estrutura econômica e social da região.

Furtado apresenta uma percepção bem mais radical nos anos de 1960, alegando a impossibilidade do avanço do processo de industrialização em sua fase avançada. Neste caso, havia uma tendência à estagnação representada pela queda da relação produto-capital com o aumento do coeficiente de capital por trabalho. Assim como Prebisch, Furtado percebe a necessidade de compreender a estrutura interna, porém busca dentro da tradição marxista a importância de entender a estrutura social dentro do processo de desenvolvimento.

Assumindo que o capitalismo apresenta especificidades e comportamento distinto na periferia. Ambos os autores enxergam o processo tecnológico como um entrave ao desenvolvimento, pois a posição periférica de absorver tecnologias já conhecidas dos grandes centros tem ocasionado em graves contradições, como: subemprego e concentração da renda. Tanto em Prebisch, quanto em Furtado a composição da tecnologia adotada é tida como planejada para um tempo e estrutura diferente, exigindo que se repense as formas de propagação do progresso técnico.

Com efeito, ambos os autores se distanciam do programa inicial da Cepal com a crise do desenvolvimentismo. Prebisch tece inúmeras críticas com relação ao modelo de desenvolvimento *hacia adentro*, pois havia criado uma indústria que apenas sobrevivia sob um protecionismo irracional que não gera incentivo ao desenvolvimento do setor. Na percepção do autor, era necessário trazer uma concorrência saudável para a indústria, buscando sua inserção internacional via políticas de cooperação internacional. Furtado se mantém preocupado com a perda da orientação do desenvolvimento por parte do Estado e com o esgotamento do nacionalismo. Na concepção de Furtado, empresas transnacionais ao lado de uma classe com renda elevada estariam influenciando na determinação do excedente, com isso, sendo elas capazes de induzir na composição da oferta e da estrutura tecnológica, moldando uma oferta de bens para uma demanda concentrada, por resultado, ampliando e reforçando o traço da má distribuição de renda na região.

Em síntese, tais autores deslocam o desenvolvimentismo para um quadro conceitual reformista. Embora partindo de esquemas teóricos distintos, Furtado e Prebisch encontraram na crise da década de 1960 a necessidade de alterar as funções do

Estado, sendo ele agora responsável também por transformar a estrutura social da América Latina. Nesta nova agenda inclui reformas de base, tanto na estrutura da terra quanto da renda, e modificações em todo marco institucional. Não que estas reformas não fossem pensadas anteriormente, porém havia agora uma compreensão de causalidade com o processo de acumulação.

Apesar da semelhança dentro do receituário dos autores há divergências fundamentais que devem ser levadas em consideração. Furtado se mostra muito mais cético com relação a crise da época, sua proposta aponta um bloqueio estrutural no processo de industrialização periférico. Diferente de Furtado, Prebisch enxerga limitações impostas pela estrutura social da região, porém não indicam um processo de estagnação, sim a perda da dinâmica da economia, conseqüentemente, o aumento do esforço necessário para alcançar um padrão desejável de desenvolvimento. Mesmo quando se trata das reformas, os autores divergem no impulso que será obtido a partir delas. Enquanto o argumento de Furtado se apoia no lado da demanda, viabilizando o mercado interno, Prebisch tem enfoque no emprego da força de trabalho e no investimento produtivo.

Como resultado, a Crise do Pensamento Desenvolvimentista provocou em Furtado e Prebisch uma tomada de consciência, demonstrando que a estrutura interna da América Latina também era responsável por entorpecer o processo de desenvolvimento, assim tendo a estrutura social um papel preponderante na agenda dos anos de 1960. Alterar o estilo de desenvolvimento se tornava fundamental para o seguimento de um projeto de industrialização, ou neste caso, um novo projeto de nação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTOS, C. P.; D'AVILA, J. G. O Debate do Desenvolvimento na Tradição Heterodoxa Brasileira. **Revista de Economia Contemporânea**. Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 173-199, mai-ago. 2009.

BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento Econômico Brasileiro**: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. 4 ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

_____. Vinte Anos do IERJ, Cinquenta anos de Cepal. In: POLETTI, D. W. (coord.). **50 anos do manifesto da CEPAL**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000a.

_____. Prebisch e Furtado. In: GURRIERI, A. **O Manifesto Latino-Americano e Outros Ensaio**s. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2011.

BRIZUELA, L. E. Construcción Histórica del Estructuralismo Latinoamericano. Negri, C.; RIBEIRO, E. S. (coord). **Retratos sul-americanos**: perspectivas brasileiras sobre história e política externa [livro eletrônico]. vol 4. Brasília: [s. n.], 2016.

CARMO SOBRINHO, C. A. **Dependência e Estagnação**: o debate sobre a crise dos anos 60. Dissertação de Mestrado – Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina**: ensaio de interpretação sociológica. 6 edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

COUTO, J. M. O Pensamento Desenvolvimentista de Raúl Prebisch. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 16, n. 1 (29), p. 45-64, abr. 2007.

CURADO, M. Industrialização e Desenvolvimento: uma análise do pensamento econômico brasileiro. **Economia e Sociedade**. Campinas, v. 22, n. 3(49), p. 609-640, dez, 2013.

DOSMAN, E. **Raúl Prebisch (1901-1986)**: a construção da América Latina e do Terceiro Mundo. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento: Contraponto, 2011.

DUARTE, P. H. E.; GRACIOLLI, E. J. A Teoria da Dependência: interpretações sobre o (sub)desenvolvimento na América Latina. Campinas: **V Colóquio Internacional Marx e Engels**. Campinas, nov, 2007.

FACHIN, O. **Fundamentos de metodologia**. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

FRIEDEN, J. A. **Capitalismo Global**: história econômica e política do século XX. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2008.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 18 ed. São Paulo: Nacional, 1982 [1959].

_____. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2009 [1961].

_____. **Dialética do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo da Cultura, 1964.

_____. **Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968 [1966].

_____. **O mito do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____. **Criatividade e Dependência na Civilização Industrial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. **Cultura e Desenvolvimento em Época de Crise**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1984.

_____. Entre Inconformismo e Reformismo. **Revista de Economia Política**, v. 9, n. 4, p. 6-28, out/dez. 1989.

GALA, P. **Complexidade Econômica: uma nova perspectiva para entender a antiga questão da riqueza das nações**. 1 ed. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2017.

GONÇALVES, L. E. F. C. **As Relações Brasil-CEPAL (1947-1964)**. Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

GUIMARÃES, J. A Trajetória Intelectual de Celso Furtado. TAVARES, M. C. (org.). **Celso Furtado e o Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

GURRIERI, A. A Economia Política de Raúl Prebisch. In: GURRIERI, A. **O Manifesto Latino-Americano e Outros Ensaios**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2011.

LARA-RESENDE, A. Estabilização e Reforma: 1964-1967. In: ABREU, M. P. (org.). **A Ordem do Progresso: dois séculos de política econômica no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2014.

LESSA, C. Apresentação. In: MALLORQUIN, C. **Celso Furtado: um retrato intelectual**. São Paulo: Xamã; Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

MARINI, R. M. Dialética da dependência. In: SADER, E. **Dialética da Dependência**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARX, K. **Para a Crítica da Economia Política; Salário Preço e Lucro; O Rendimento e suas Fontes: a economia vulgar**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____. **O Capital: crítica da economia política**. 27º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

PEDRÃO, F. O Significado Atual da revisão do Pensamento da Cepal. In: PEDRÃO, F. (org.). **O Pensamento da Cepal**. Salvador: Organização dos Estados Americanos/Universidade Federal da Bahia/Ianamá, 1998.

PEREIRA, J. D. Uma Breve História do Desenvolvimentismo no Brasil. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 9, p. 121-141, jul-dez. 2011.

POLLOCK, D. H. Raúl Prebisch Visto desde Washington: una percepción cambiante. **Comércio Exterior**, vol. 37, n. 5, maio, 1987.

PREBISCH, R. O Desenvolvimento Econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas. In: GURRIERI, A. **O Manifesto Latino-Americano e Outros Ensaios**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2011 [1949].

_____. Problemas Teóricos e Práticos do Desenvolvimento Econômico. **O Manifesto Latino-Americano e Outros Ensaios**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2011a [1951].

_____. **Estudio Económico de América Latina 1949**. Estados Unidos, Nova York: Nações Unidas (ONU), 1951.

_____. **Dinâmica do Desenvolvimento Latino-Americano**. 2 ed. Rio de Janeiro: Fundo da Cultura, 1968 [1963].

_____. Nova Política Comercial para o Desenvolvimento. **O Manifesto Latino-Americano e Outros Ensaios**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2011b [1964].

_____. **Transformação e Desenvolvimento**: a grande tarefa da América Latina. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1973 [1970].

_____. Crítica al Capitalismo Periférico. **Revista de la Cepal**, Chile: Santiago, n. 1, p. 7-73, primer semestre semestre, 1976.

_____. Estructura Socioeconómica y Crisis del Sistema: reflexiones al cumplirse nuestros primeros treinta años. **Revista de la Cepal**, Chile: Santiago, n. 6, p. 167-264, segundo semestre, 1978.

_____. Hacia una Teoría de la Transformación. **Revista de la Cepal**, Chile: Santiago, p. 27-7, n. 96, dez, 2008 [1980].

_____. La periferia latinoamericana en el sistema global del Capitalismo. **Revista de la Cepal**, Chile: Santiago, n. 13, p. 163-171, abril, 1981.

_____. **Capitalismo Periferico**: crisis e transformación. México: Fundo da Cultura Económica, 1981.

_____. Cinco Etapas de Mi Pensamento Sobre el Desarrollo. **El Trimestre Economico**. México, p. 1077-1096, vol. 2, n. 198, abr-jun, 1983.

RODRÍGUEZ, O. **O Estruturalismo Latino-Americano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

ROSTOW. W. W. **As etapas do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

SAES, F. A. M. Subdesenvolvimento e Desenvolvimento na Obra de Celso Furtado. CORSI, F. L.; CAMARGO, J. M. (org.). **Celso Furtado: os desafios do desenvolvimento**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2010.

SANTOS, T. **Socialismo o fascismo: dilema latinoamericano**. Chile: PLA, 1969.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do Desenvolvimento Econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. Coleção Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural Ltda., 1997.

SERRA. Ciclos e Mudanças Estruturais na Economia Brasileira do Pós-Guerra. In: BELLUZZO, L. G. M; COUTINHO, R. (org.). **Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise**. Campinas: IE Unicamp, v. 1, 1998.

SERRA, J. Apresentação. In: Serra, J. (Coordenador). **América Latina: ensaios de interpretação econômica**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1976.

TAVARES. M. C. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre a economia brasileira**. 6 ed. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1977.